

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SUSTENTABILIDADE**

ELINE ANY DE BENEDICTO

**A SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO:
UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO NO BRASIL**

CAMPINAS/SP

2019

ELINE ANY DE BENEDICTO

**A SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO:
UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO NO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sustentabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sustentabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Celeste Aída Sirotheau Corrêa Jannuzzi.

**CAMPINAS/SP
2019**

Ficha catalográfica elaborada por Talita Andrade Rodrigues CRB 8/9675
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

339.5
D278s

De Benedicto, Eline Any

A sustentabilidade nos cursos de administração: uma reflexão sobre o ensino no Brasil / Eline Any De Benedicto. - Campinas: PUC-Campinas, 2019.

79 f.: il.

Orientador: Celeste Aida Sirotheau Corrêa Jannuzzi.

Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade, Centro de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Ensino Superior. 3. Administração. I. Jannuzzi, Celeste Aida Sirotheau Corrêa. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Economia e Administração. Programa de Pós Graduação em Sustentabilidade. III. Título.

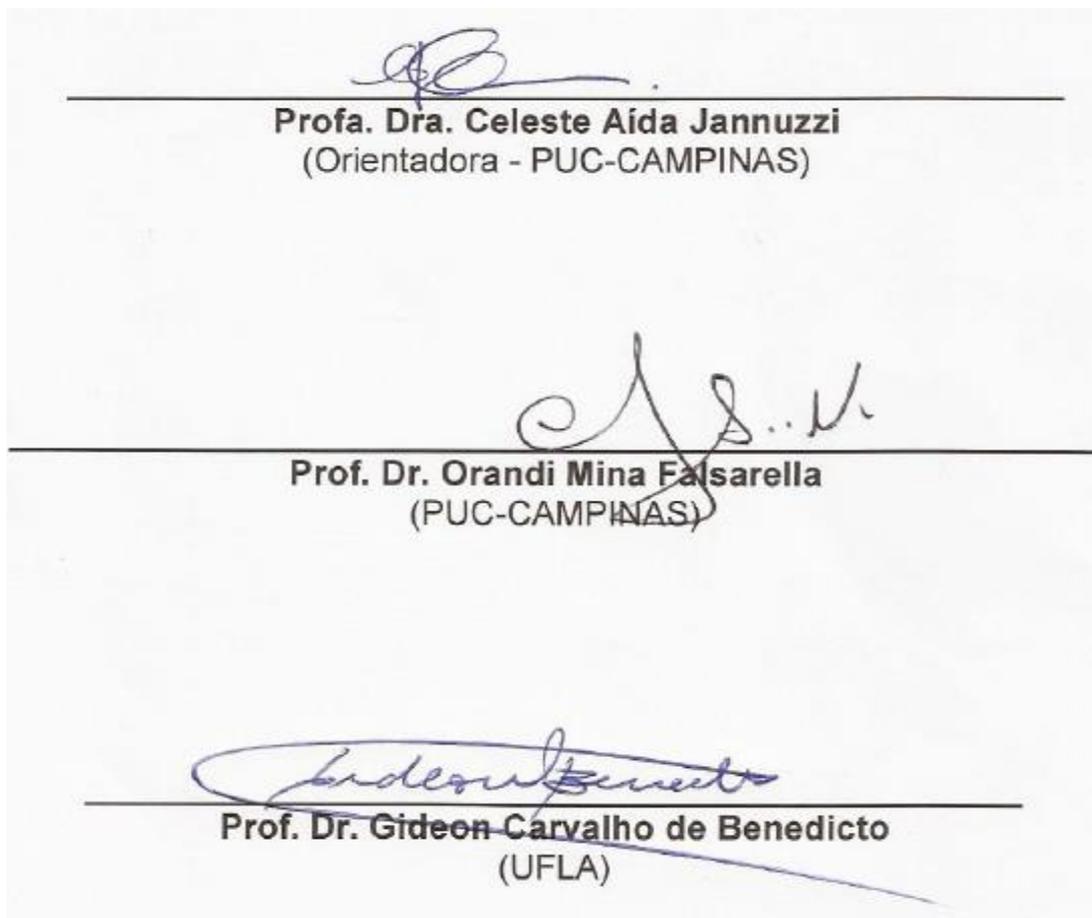
22.ed. 339.5

ELINE ANY DE BENEDICTO

**A SUSTENTABILIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO:
UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO NO BRASIL**

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Sustentabilidade da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 19 de Dezembro de 2019.



Dedico este trabalho a todos os meus
professores, colegas e familiares que me
acompanharam até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre guiar a minha vida.

A minha família, por me dar a oportunidade de aprender, me dando suporte e conselhos sempre que necessário.

A minha orientadora, Professora Dra. Celeste Jannuzzi, que, com muito amor e dedicação, me auxiliou sempre que necessitei.

Obrigada a todos.

RESUMO

O conceito de sustentabilidade adquiriu visibilidade nas nações e nas organizações desde 1972 com a realização da Conferência de Estocolmo, levando os estudos sobre a sustentabilidade a ganharem força nos últimos anos. O interesse pelo tema é motivado, em grande medida, pelo modelo de desenvolvimento econômico predominante na sociedade contemporânea, o qual é socialmente injusto, ecologicamente assolador e politicamente conflitante. Como propulsoras do desenvolvimento econômico, as organizações participam ativamente desse sistema que degrada a natureza e explora seus recursos. No caso específico das organizações, a sociedade espera e exige um nível de comprometimento elevado e adequação de suas atividades ao modo sustentável de produção. Essas mudanças passam pela formação de administradores conscientes e compromissados com as práticas sustentáveis. Para que isto aconteça, é necessário que as Instituições de Ensino Superior, mais especificamente os cursos de graduação em Administração, promovam meios de constituir um gestor responsável e comprometido com a sustentabilidade nas organizações. Diante disto, esta pesquisa tem como objetivo identificar a abordagem dada pelas Instituições de Ensino Superior em seus cursos de Administração sobre o tema gestão sustentável, a fim de caracterizar a sua colaboração na formação de administradores conscientes da necessidade de se comprometer com as práticas sustentáveis. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e é orientada por um levantamento documental realizado nos projetos pedagógicos de cursos de graduação em Administração no Estado de São Paulo. Como resultado, constata-se que as ações realizadas pelas Instituições de Ensino Superior podem ser consideradas ainda incipientes para a formação desse gestor consciente e compromissado com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Dimensões da sustentabilidade, Ensino Superior, Cursos de Administração, Projeto Pedagógico.

ABSTRACT

The concept of sustainability has gained visibility in nations and organizations since the 1972 Stockholm Conference, leading sustainability studies to gain strength in recent years. Interest in the subject is largely motivated by the prevailing model of economic development in contemporary society, which is socially unfair, ecologically devastating and politically conflicting. As drivers of economic development, organizations actively participate in this system that degrades nature and exploits its resources. In the specific case of organizations, society expects and demands a high level of commitment and adequacy of its activities to a sustainable production mode. These changes involve the education of conscious administrators that are committed to sustainable practices. For this to happen, it is necessary that Institutions of Higher Education, specifically undergraduate Business Administration programs, promote ways to constitute administrators a responsible and committed to sustainability in organizations. Given this, the aim of this research proposal is to identify the approach taken by Institutions of Higher Education in their Business Administration courses on the topic of sustainable management in order to characterize their role in the establishment of administrators that are aware of the need to commit to sustainable practices. This research is exploratory, and it is guided by a documentary survey of pedagogical projects in undergraduate Business Administration programs in the state of São Paulo. The results indicate that actions taken by the Institutions of Higher Education can still be considered incipient for the establishment of a conscious administrator committed to sustainability.

Keywords: Sustainability, Dimensions of sustainability, Higher Education, Business Administration Courses, Pedagogical Project.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	22
FIGURA 2 – Linha do Tempo da Sustentabilidade	23
FIGURA 3 – 10 Princípios do Pacto Global	27
FIGURA 4 – Elementos construtivos da informação	32
FIGURA 5 – Esquemático Relacionando Parâmetros para se Alcançar o Desenvolvimento Sustentável	33

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Cursos de Bacharelado em Administração	41
GRÁFICO 2 – Matrículas nos cursos de Bacharelado em Administração	42
GRÁFICO 3 – Concluintes dos cursos de Bacharelado em Administração	43

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Significados da Informação	31
QUADRO 2 – Objetivos do Curso de Administração em Décadas	37
QUADRO 3 – Universidades da pesquisa CPC – INEP/2015	46
QUADRO 4 – Palavras-Chave e suas Definições	47
QUADRO 5 – Divisão entre Título, Ementa, Objetivo, Bibliografia Básica e Complementar	51
QUADRO 6 – Resultados Mackenzie	52
QUADRO 7 – Resultados PUC-Campinas	53
QUADRO 8 – Resultados UFSCAR	54
QUADRO 9 – Resultados UNAERP	54
QUADRO 10 – Resultados UNESP	55
QUADRO 11 – Resultados UNIFESP	56
QUADRO 12 – Resultados UNIP	57
QUADRO 13 – Quantidade de Matérias que apresentam Palavras-Chaves e suas Definições	58

SIGLAS

CFA	Conselho Federal de Administração
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
IES	Instituições de Ensino Superior
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA	13
1.2 OBJETIVOS	15
1.3 JUSTIFICATIVA	15
1.4 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS	16
2 REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1 A SOCIEDADE ATUAL E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	18
2.2 SUSTENTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES	23
2.3 A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR E A SUSTENTABILIDADE EM UM CONTEXTO INTERDISCIPLINAR	28
2.4 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL	35
3 MÉTODO	44
3.1 SOBRE O MÉTODO	44
3.2 SOBRE O UNIVERSO DA PESQUISA	44
3.2 SOBRE A COLETA DOS DADOS	47
4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXO A - RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005	69
ANEXO B - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012	73

1 INTRODUÇÃO

1.1 FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA

O modelo de desenvolvimento econômico predominante na sociedade contemporânea está fortemente relacionado com os problemas sociais e ambientais. É um modelo de desenvolvimento ecologicamente predador, socialmente perverso e politicamente injusto. Nele ocorre o uso abusivo e indiscriminado dos recursos naturais, que caracteriza uma crise civilizatória, de caráter ambiental (JANSEN; VIEIRA; KRAISCH, 2007). Como propulsoras do desenvolvimento econômico, as organizações participam ativamente desse sistema perverso que degrada a natureza e explora seus recursos.

Esse contexto aponta para a necessidade da criação de soluções culturais, políticas e administrativas em relação aos problemas evidenciados. Por essa razão, nos últimos anos as nações, as organizações, a sociedade, de modo geral, têm se empenhado na construção de um novo cenário como forma de solução para os problemas ambientais. No caso específico das organizações, a sociedade tem requerido, gradativamente, um nível de comprometimento cada vez mais elevado e adequação de suas atividades ao modo sustentável de produção (PEREIRA, 2013).

No cenário atual, as organizações que desejam manter-se no mercado devem observar os princípios da sustentabilidade - reciclagem, redução do consumo de recursos e emissões de efluentes, reaproveitamento e reutilização. Para que isso se concretize, deve ocorrer um conjunto de transformações estruturais, administrativas e a integração das práticas organizacionais aos processos produtivos no controle ambiental. Sabe-se que essas transformações são desafiantes, mas certamente contribui para a construção de uma nova imagem institucional frente à sociedade (JABBOUR; SANTOS, 2008). Entretanto, essa é uma realidade ainda em construção, pois muitas empresas ainda pautam seus princípios em discursos e não em ações efetivas voltadas para a sustentabilidade (FERREIRA; FERREIRA, 2008).

Nos últimos anos, a necessidade de se estabelecer uma consciência ambiental tem influenciado diferentes setores da sociedade. A educação como elemento propulsor do desenvolvimento da sociedade, não poderia ficar alheio a esta realidade (BRANDÃO, 2007) ao se considerar que as Instituições de Ensino Superior (IES) têm um papel importante no desenvolvimento sustentável (TAUCHEN, 2007).

Como instituições de ensino e pesquisa, elas devem ultrapassar o limite da preocupação em ensinar e formar alunos para o mundo do trabalho, uma vez que ocupam um papel crucial de capacitar pessoas conscientes da necessidade de garantir, entre outras coisas, a sustentabilidade às gerações futuras (TAUCHEN, 2007). Em outras palavras, as universidades devem dar a base para que os indivíduos possam ter a capacidade de colocar em prática tudo o que lhes foi transmitido pelo ensino superior, mas, sobretudo, trazendo em sua essência a conscientização clara de seu papel como cidadão comprometido com uma sociedade sustentável.

Entretanto, sob esse prisma, verifica-se que, embora o tema do desenvolvimento sustentável tenha ganhado repercussão nos últimos anos, ainda são poucas as políticas de ensino superior voltadas para práticas da gestão ambiental (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011). Por exemplo, observa-se que nos últimos anos houve um crescimento da preocupação com a incorporação da sustentabilidade nos cursos de graduação em administração (GONÇALVES-DIAS et al., 2009; PINHEIRO et al., 2010). No entanto, tal preocupação ainda não apresentou mudanças significativas. O aumento da quantidade de cursos superiores na área não solucionou os desafios presentes para a inserção da temática sustentabilidade nesses cursos (GONÇALVES-DIAS et al., 2009).

No exercício de sua profissão, o administrador destaca-se no ambiente organizacional como gestor de mudanças de mentalidade e ações de produção, conduzindo as organizações para alcance de seus objetivos estratégicos. Entretanto, na atual conjuntura, faz-se necessário que essas ações estratégicas estejam vinculadas às práticas adequadas da sustentabilidade (TELLES, 2011), pois o administrador moderno deve ser, cada vez mais, um solucionador de problemas socioambientais ao invés de gerador de impactos negativos adversos (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Diante desse contexto, é próprio afirmar que as IES devem preocupar-se com a formação de administradores: (i) que estejam focados em níveis elevados de desempenho organizacional; (ii) que se preocupem com a incorporação de ações e projetos de redução de problemas sociais e ambientais com impactos positivos para a sociedade (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

As IES devem dar a base para que os indivíduos possam ter a capacidade de colocar em prática tudo o que lhes foi transmitido por meio de conhecimentos. Portanto, é possível dizer que a sustentabilidade necessita de uma junção de conceitos, práticas sustentáveis e contextos, para que esteja completamente clara para o indivíduo, e também para que o mesmo possa exercer seu papel no futuro de forma correta.

Este cenário leva a uma problemática expressa na seguinte questão de pesquisa: De que maneira as Instituições de Ensino Superior brasileiras estão desenvolvendo seu papel na formação de administradores conscientes da necessidade de comprometimento com as práticas sustentáveis?

1.2 OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo identificar a abordagem dada pelas Instituições de Ensino Superior em seus cursos de Administração sobre o tema gestão sustentável, a fim de caracterizar a sua colaboração na formação de administradores conscientes da necessidade de se comprometer com as práticas sustentáveis.

De modo específico, este estudo objetiva:

- ✓ Identificar características que favoreçam a formação de um profissional responsável.
- ✓ Identificar diferentes abordagens da sustentabilidade que possam ser aplicadas nos cursos de graduação em Administração;
- ✓ Assinalar e caracterizar as Instituições de Ensino Superior no estado de São Paulo, com cursos de graduação em Administração, que adotam a sustentabilidade na formação de seus alunos.

1.3 JUSTIFICATIVA

A importância desta análise é justificada pela baixa produção de estudos nessa importante área do conhecimento e que afeta toda a sociedade. Poucos foram os trabalhos encontrados, onde o tema de análise do conteúdo de sustentabilidade é apresentado nos cursos de administração.

A sustentabilidade vem sendo um tema de alta importância nos últimos tempos, e utilizado cada vez mais, tanto na vida particular quanto na profissional.

É visto que a sustentabilidade sendo um tema tão recorrente, as empresas tenham a necessidade de inseri-la em seu meio profissional, a fim de transmitir a sustentabilidade aos seus colaboradores, consumidores, além do trabalho com responsabilidade pelos seus atos.

Pensando no futuro, é fundamental que a gestão ambiental, social e econômica sejam repassadas as crianças, desde sua base escolar, seguindo com adolescentes e jovens. Os

adultos que não tiveram a oportunidade de obter conhecimento do tema sustentabilidade em sua vida até o momento tenham acesso também, levando assim a necessidade de ensino da temática por parte das universidades.

As universidades possuem o compromisso de sempre estar em evolução como propulsoras do conhecimento. Professores e Coordenadores podem usufruir de ideias e de dicas, para trazer melhorias a seus cursos. O MEC e o governo podem verificar os pontos altos e as falhas existentes, a fim de trazer qualidade dentro de suas futuras mudanças.

Além de a sustentabilidade ser um tema de grande importância para o meio acadêmico e empresarial, não é possível deixar de lado o interesse social, onde a sociedade prevê ser beneficiada com as mudanças sustentáveis que tem sido propostas.

A sociedade tem em suas mãos o interesse de levar ao futuro uma esperança de um mundo melhor, mais justo e igualitário.

A partir do discorrido acima, é possível enxergar a necessidade de investigação a despeito do tratamento do tema sustentabilidade dentro das universidades, a fim de transmitir a todos a sua importância.

1.4 ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

O primeiro capítulo corresponde à fundamentação do problema, o problema propriamente dito, o objetivo geral e objetivos específicos.

O segundo capítulo apresenta a sustentabilidade num contexto social, econômico, ambiental e acadêmico, além de acompanhar a trajetória do curso de administração. No subcapítulo 2.1 realizou-se uma exposição a respeito do caminho em que a atual sociedade segue, além de mostrar as expansões econômicas que o planeta tem vivenciado. O subcapítulo 2.2 teve a finalidade de apresentar a sustentabilidade e sua trajetória, além do impacto da sustentabilidade dentro das organizações. No subcapítulo 2.3 discorreu-se sobre a forma como a sustentabilidade tem sido mostrada para os futuros administradores, a fim de compartilhar e efetivar seus conhecimentos por meio das organizações. O subcapítulo 2.4 fala a respeito do caminho que o curso de administração percorreu e percorre dentro do Brasil, além de destacar a sustentabilidade dentro do curso de administração.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia e os procedimentos aplicados no desenvolvimento da pesquisa. O quarto capítulo mostra os resultados do levantamento dos dados, ilustrados pelas tabelas, cuja leitura e análise apresentam-se embasadas nos discursos

dos autores apresentados na fundamentação teórica da pesquisa. O quinto e último capítulo contempla as considerações finais do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A SOCIEDADE ATUAL E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

De acordo com o Bobbio (2007, p. 64), sociedade pode ser definida da seguinte forma:

Diferentemente da família ou da sociedade senhorial, a sociedade política começa a ser entendida de modo prevalente (precedentes disto tinham também existido na idade clássica) como um produto voluntário dos indivíduos, que com um acordo recíproco decidem viver em sociedade e instituir um governo.

A sociedade em si pode possuir diversos conceitos, mas nada mais é do que pessoas. Pessoas e suas ações formam a sociedade atual, cheia de novos conceitos e novas formas de pensar. O que antes era recriminado, hoje é bem visto, ou ao contrário.

Carvalho (2013, p. 589) argumenta a respeito das questões da sociedade atual: “A cada momento vivido em nossa sociedade presenciamos profundas transformações sociais, em múltiplos e em amplos aspectos, que trazem novas discussões e enfoques para o debate das *Ciências Humanas*”.

A convivência em sociedade possui diversos desafios. Cada ser humano possui uma forma de pensar e agir, portanto nem todos concordam com os mesmos conceitos de regras que são impostos pelo Estado, para que a sociedade siga.

De acordo com Xavier e Maranhão (2010), a discussão a respeito das questões sociais tem se dado devido a inaptidão do Estado em resolver as dificuldades pertinentes ao tema.

A sociedade brasileira e a classe política e dirigente não têm-se dado conta da grande necessidade de implementação de mudanças nos sistemas de controle sobre os recursos públicos, ampliando-se os meios de controle social. Esse aumento do controle não pode, entretanto, significar a imobilização da ação do gestor público, mas a garantia de uma utilização mais racional, eficiente, transparente, regular e compatível com o esforço de submissão da sociedade à tributação imposta pelo Estado (SILVA, 2002, p. 116).

Silva (2002) afirma que a sociedade enfrenta problemas vindos por parte das gestões públicas, onde escândalo de corrupção, de desvio e de impropriedades quanto a execução dos gastos públicos se faz presente. O autor continua a descrever que no final, a sociedade acaba pagando pelos erros deste descontrole que existe por parte dos líderes, fazendo a sociedade sofrer.

A desigualdade por meio da relação capital-trabalho cresce com a demanda da sociedade, e por outro lado existe o interesse nas questões sociais por parte de instituições, apenas com o objetivo de aproveitar o retorno que isso pode representar (XAVIER; MARANHÃO, 2010).

Grande parte das discussões gira em torno dos incautos benefícios que estes investimentos trazem. Ao desvelarem quais ações geram mais retornos, ou discutirem as possibilidades estratégicas que a responsabilidade social pode apresentar, diversos estudos vão ao encontro de uma ordem que mascara e mantém as empresas como agentes engendrados em questões sociais, sem antes questionar quão legítima é esta forma de atuação das empresas (XAVIER; MARANHÃO, 2010, p. 298).

As questões de interesses por parte das empresas e pessoas influenciam na forma como a sociedade vê as benfeitorias em geral, pois sempre há a dúvida se existe um interesse no bem estar, ou um interesse capitalista, interessado apenas em ser visto diante da sociedade, porém, sem um real interesse de mudança.

Hall e Soskice (2001) afirmam que, devido as diversas mudanças que ocorrem no mundo, é impossível que o capitalismo não fosse instituído nos diversos países.

Marx (1848) já dizia que o modo como o comércio se regia, estava mudando:

As diferenças e antagonismos nacionais entre os povos estão cada dia mais e mais desaparecendo, devido ao desenvolvimento da burguesia, à liberdade de comércio, ao mercado mundial, uniformidade no modo de produção e nas suas condições de vida correspondentes (MARX, 1848, apud ENGELS, 1977, p.235). Tradução nossa.

A visão capitalista, onde os lucros são o principal objetivo é o modo como grande parte dos países tem trabalhado nos últimos anos. O lucro vem sendo utilizado de forma tão abrupta, que as empresas passam por uma corrida por meio da sociedade, buscando alcançar o maior nível possível de lucro e conseqüentemente maiores rendimentos.

Para Santos (2013), tendo em vista o ponto sociocultural, a sociedade tem sido vista e discutida pelos grandes pensadores como uma intensa mistura com o capitalismo, relacionando o consumismo exacerbado da atualidade.

De fato, as práticas e instituições econômicas no capitalismo assumem certa forma determinada e determinante, como a propriedade privada dos meios de produção, a existência de um mercado “livre” do trabalho e uma acumulação do capital orientada pelo “lucro” em vez de pelas “necessidades”, isto é, voltada à valorização do capital em vez de seu consumo ou à subsistência baseada nele. As relações econômicas parecem não somente dominar outros aspectos da vida, mas também desenvolver uma dinâmica própria que vai além dos fins subjetivos e do controle pelos seus participantes e que, além disso, não pode ser mantida coletivamente por eles (JAEGGI, 2018, p. 518).

Diante desse contexto, infere-se que as ações das organizações atuais deveriam ser focadas em parâmetros que seguem a sustentabilidade, e não focar-se apenas no lucro (TAMIOZZO; KEMPFER, 2016).

Ocorre que depois de muitos anos o homem evoluiu para a exploração da agricultura familiar e a posteriori em larga escala com a produção de grãos, a chamada “revolução verde” para suprir a sua necessidade visto o seu

crescimento. Entretanto, devido a esse aumento populacional e consumismo aliado a diversos outros fatores a “capacidade suporte” do planeta vem sendo estrangulada o que nos remete ao atual caos ambiental (SANTOS, 2018, p. 1 e 2).

O capitalismo tem evoluído, e como resultado, é possível verificar a forma como a sustentabilidade tem sido desenvolvida e exaltada, na busca pelo bem estar social, ambiental e econômico. Assim, busca-se “um capitalismo que avança da era do progresso para o tempo do desenvolvimento com compromisso social. Muitas empresas já assim atuam e, cada vez mais, são valorizadas [...]” (TAMIOZZO; KEMPFER, 2016, p. 147).

[...] estamos certos de que os termos sustentabilidade, sustentável ou desenvolvimento sustentável já se tornaram significativos e populares, agregando valor aos mais diversos tipos de produções ou produtos, lucrativos ou não, privados ou públicos, de grande ou pequeno porte, científicos ou não (CARMO; MACHADO; PESSANHA JÚNIOR, 2007, p. 29).

A humanidade se encontra em um ciclo de grandes modificações. A garantia do bem-estar proporcionado pela ampliação econômica no século XX tem sido intimidado devido as alterações ambientais, advindas das ações humanas impensadas. Tais transformações ocorridas nestes tempos necessitam de atenção imediata (SANTOS, 2018).

No campo empresarial, observa-se que as empresas têm procurado equacionar os objetivos da obtenção de lucros e da remuneração de seus acionistas adotando modelos de gestão que incluem práticas de responsabilidade social como forma de evidenciar o seu compromisso com a sustentabilidade (ARRUDA; QUELHAS, 2010, p. 56).

Durante muitos séculos, a sociedade utilizou de forma descontrolada os recursos naturais do planeta Terra. Em meio a tanta degradação, é possível ver mar, ar, água e solo poluídos. Todos esses atos desenfreados têm mostrado os reflexos nos últimos tempos. A sociedade altamente capitalista tem vivido um momento de consumismo desenfreado, onde os recursos naturais têm sido utilizados de forma frenética, a ponto de quase exauri-los (SILVA; CARNEIRO, 2017).

A natureza já não aguenta mais essas agressões e a cada dia vem dando demonstrações disso por meio das inúmeras catástrofes climáticas, como os maremotos, os tsunamis, os furacões, as tempestades cada vez mais frequentes e violentas, o clima cada dia mais imprevisível, os governantes parece terem acordado e já sentem os reflexos dos estragos provocados ao meio ambiente durante toda história da humanidade e começaram a se mobilizarem por medidas com que vem mitigar os problemas ambientais do planeta (SILVA; CARNEIRO, 2017, p. 2).

Os autores ainda afirmam que diante destes problemas de difíceis soluções, a luta deve acontecer de forma urgente, e por parte de todos. As ações de reestruturação devem ser de

iniciativas mundiais, tendo como foco, locais em que as ações obtenham resultados a fim de que os benefícios sejam globais (SILVA; CARNEIRO, 2017).

Diante de tantas mudanças, a sociedade tem criado um foco, onde o equilíbrio entre suas expectativas e a realidade tem sido colocado a prova.

Lira e Fraxe (2014) salientam que a qualidade de vida caracteriza um conceito central nas discussões e objetivações da parte ambiental, que surgiu num momento de grande consumismo, maior produção, degradação ambiental, entre outros.

A questão ambiental se impôs na agenda política e econômica internacional como tema central em face do risco de depleção dos recursos ecológicos e da biodiversidade e da degradação da condição humana, como um sintoma da crise civilizacional, razão pela qual conserva toda sua pertinência e relevância na modernidade para todos os campos do conhecimento científico (LIRA; FRAXE, 2014, p. 3173).

Os autores ainda afirmam que durante sua trajetória, o conceito de desenvolvimento sustentável tem sido grandemente teorizado, discutido e analisado. Sendo o conceito classificado e qualificado de diversas formas, ainda não foi possível obter um conceito unânime pelos especialistas da área de sustentabilidade e as instituições políticas. Tais contradições têm deixado a teoria em panorama frente à prática da sustentabilidade (LIRA; FRAXE, 2014), mas, em qualquer perspectiva, observa-se que “[...] a sustentabilidade do desenvolvimento está associada a uma complexidade social, econômica e política construída nas múltiplas formas de domínio e de poder na sociedade moderna” (LIRA; FRAXE, 2014, p. 3181).

Para que realmente exista o equilíbrio entre o social, ambiental e econômico, é necessário a participação do governo e entidades que sejam idealizadoras de projetos sociais. Pensando nisso, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs a criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Em 2015 foi proposto pela ONU aos países membros, uma agenda, onde o Desenvolvimento Sustentável seria o principal objeto para os próximos 15 anos. Portanto, foram criados os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, onde os países, juntamente com a sociedade, o empresariado devem realizar um esforço conjunto para conseguir alcançar o que foi proposto (PACTO GLOBAL, 2019).

Conforme é possível ver na Figura 1, os Objetivos têm como proposta o bem estar da sociedade, criando condições para que todos possam viver com dignidade, levando em consideração vários aspectos que assolam principalmente os menos afortunados.

FIGURA 1 – 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Pacto Global (2019).

Dentro dos objetivos, é possível ver a junção do social, ambiental e econômico, criando um enorme desafio que só pode ser superado com o engajamento por parte de todos. É importante lembrar que o setor privado possui um grande papel nesse processo, já que é o grande possuidor do poder econômico, que irá propulsar a inovação e a tecnologia, além da

influência sobre o poder público, fornecedores, colaboradores e consumidores (PACTO GLOBAL, 2019).

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento da Sustentabilidade tem como interesse unir os países que necessitam de ajuda, com os países que possuem interesse e condições de ajudar. Na tentativa de unir todos em prol de objetivos traçados, a ONU leva à sociedade a chance de desenvolvimento justo e igualitário para todos (PACTO GLOBAL, 2019).

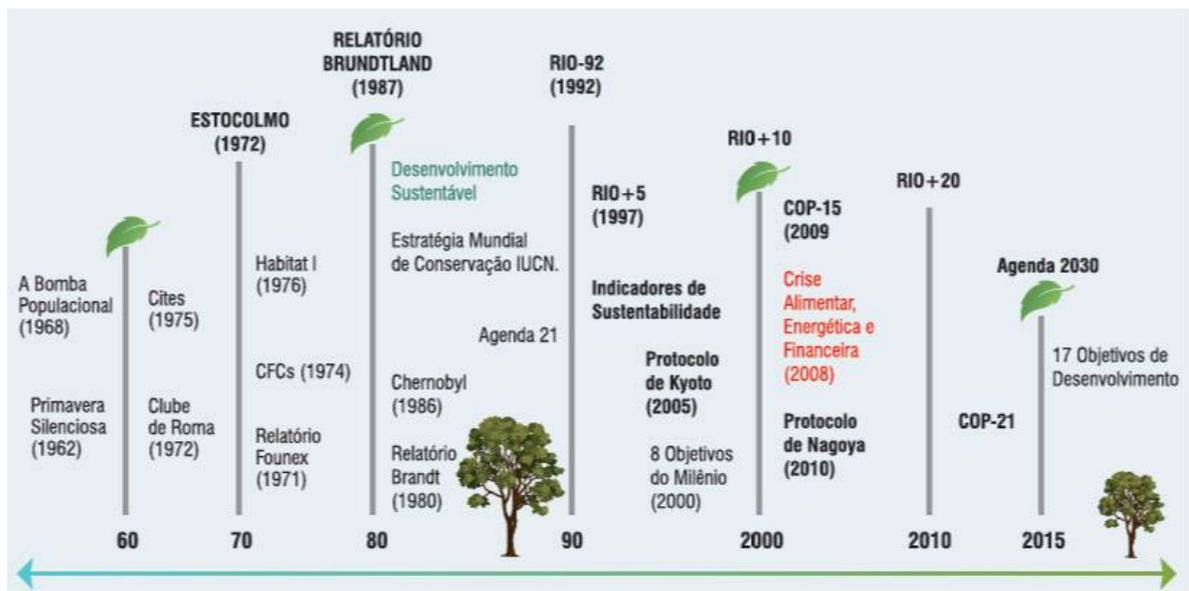
2.2 SUSTENTABILIDADE E ORGANIZAÇÕES

O termo sustentabilidade foi amplamente discutido a partir do início dos anos 1970. Antes, o termo existia, porém não havia sido dada a importância para tal assunto. Desde então, o tema tem sido discutido amplamente, sendo realizadas diversas conferências mundiais para haja um envolvimento de todos os países (CARDOSO; SANTOS, 2019).

“Em síntese, pode-se dizer que esse período de discussões foi marcado pela preocupação mais global acerca dos problemas ambientais, apesar das diferenças ideológicas existentes entre as nações” (LIRA; FRAXE, 2014, p. 3174).

Na Figura 2, é possível verificar alguns dos principais acontecimentos envolvendo a sustentabilidade até os dias de hoje.

FIGURA 2 – Linha do Tempo da Sustentabilidade



Fonte: Cardoso e Santos (2019).

A linha do tempo da Figura 2, mostra alguns acontecimentos importantes em relação a sustentabilidade até os dias de hoje. Entre eles destacam-se: o Clube de Roma em 1972, Estocolmo em 1972, Relatório de Brundtland em 1987, Rio-92 em 1992, o Pacto Global em 2000, o Protocolo de Kyoto em 2005, o Rio+20 em 2010 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em 2015.

O ECO 92 no Rio de Janeiro em 1992, é considerado o mais importante encontro sobre o meio ambiente, após duas décadas da Conferência de Estocolmo, reuniram-se no Rio de Janeiro, representantes de 170 países. Foi elaborado nesta o tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis (SILVA; CARNEIRO, 2017, p. 5).

Esses encontros promovidos pela ONU ou outros representantes globais, são de grande importância para promover a visibilidade que a sustentabilidade sempre necessitou e continua necessitando.

A partir do momento que a sustentabilidade vem ganhando notoriedade, várias empresas têm inserido a sustentabilidade dentro de seus serviços, produtos e na parte administrativa. Os novos administradores possuem uma visão mais aguçada das melhorias a serem feitas, a fim de dar mais visibilidade para as empresas, além das melhorias da relação empresa e funcionários (ARRUDA; QUELHAS, 2010).

Frente à ampliação do debate em torno do aquecimento global, o tema sustentabilidade chegou ao topo das prioridades nas grandes empresas, e seus líderes vêm se mobilizando na busca do alinhamento de práticas empresariais com valores socioambientais mais justos, procurando introduzir uma gestão responsável ancorada por instrumentos e princípios de governança corporativa (ARRUDA; QUELHAS, 2010, p.53).

Para Hernani-Merino, Mazzon e Isabella (2015), o conceito de consumo global não necessariamente tem sido visto da mesma forma por todos ao redor do mundo, apesar de haver um conceito de consumismo compactados aos seus comportamentos. Portanto, de acordo com os autores, é correto afirmar que apesar de haver um consenso em acreditar na existência da cultura de consumo global, não significa que todos iram seguir o raciocínio destas mesmas crenças, pelo contrário, cada um possui sua individualidade.

O consumidor cria em sua mente um conceito a respeito das marcas globais, tendo elas como as mais desejadas e aceitas pelo mundo. Este conceito se forma por meio de propagandas de filmes, livros, internet, dentre outros que as pessoas convivem diariamente (HERNANI-MERINO; MAZZON; ISABELLA, 2015). Por meio destes conceitos, o consumidor irá decidir se a marca é ou não de seu interesse, o que finalmente irá levar a torná-lo um consumidor ou não da marca.

Marcas globais são aquelas que ostentam consciência, disponibilidade, aceitabilidade e desejabilidade globais e são frequentemente encontradas sob o mesmo nome com posicionamento, imagem, personalidade, aparência e emoções percebidas consistentes nos principais mercados mundiais, através de programas e estratégias de marketing padronizadas e coordenadas centralmente pelas organizações (Özsomer et al., 2012, p. 2).

As marcas globais têm ganhado cada vez mais notoriedade. Portanto necessitam de positivas exibições diante de um mercado tão exigente como o que tem se formado.

Por causa do processo da globalização, essa cultura híbrida, ou cultura de consumo global, pode ser considerada uma entidade em conflito. Enquanto, por um lado, a cultura global é o resultado da redução da diversidade de distintas culturas graças aos meios de comunicação em massa e à tecnologia, por outro lado, é o resultado de uma maior diversidade entre as culturas por causa da migração e, novamente, dos meios de comunicação em massa (HERNANI-MERINO; MAZZON; ISABELLA, 2015, p. 1215).

Hernani-Merino, Mazzon e Isabella (2015) ainda citam que a cultura de consumo, tradicionalmente se caracteriza por meio das limitações geográficas, porém, por intermédio dos fluxos globais essa limitação cultural tem-se desfeito.

Santos (2013) indica que existe uma diferença entre as sociedades de produção, que em tempos passados parecia haver uma finalização dos processos, do trabalho e dos projetos, divergindo com as sociedades de consumo que são encontradas hoje, onde os desejos e vontades são alocadas acima de tudo, e existe a necessidade de adquirir felicidade e afetividade por meio de bens de consumo e de serviços, deixando de lado o que é real.

Mantendo a linha de pensamento, Santos (2013) cita a obrigação que a sociedade sente de que apesar de haver o consumismo, e todos estarem cientes disto, também existe o sentimento de culpa por parte dos “gastos indevidos”:

Nesse sentido, enfatiza-se a relação existente entre a preocupação com o homem e a sua responsabilização expressa nos anúncios publicitários, cujos valores se ancoram sob o discurso da sustentabilidade. A responsabilização ocorre pela pleora de participação do consumidor por parte dos anunciantes. Estes, ao mostrarem nos anúncios as suas ações de responsabilidade socioambiental, chamam os consumidores a participarem também, mas, principalmente, por meio do consumo de suas mercadorias (SANTOS, 2013, p. 203).

Özsomer et al. (2012) , falam que existe uma importância em relação ao indivíduo reconhecer as grandes marcas, e criar uma imagem positiva da marca, pois a partir disto as grandes marcas começam a agregar tudo o que for associado as responsabilidades sociais e ambientais.

Esses indivíduos esperam que as empresas vinculem os problemas sociais aos produtos e as marcas por elas ofertadas nos mercados. Com isso, os consumidores estão convencidos de que as marcas globais podem ser protagonistas na abordagem das causas sociais, como na saúde pública, no direito dos trabalhadores, no meio ambiente etc. (HERNANI-MERINO; MAZZON; ISABELLA, 2015, p. 1217).

Hernani-Merino, Mazzon e Isabella (2015) ainda comentam que a partir destas percepções, é possível identificar que existe uma tendência do marketing ao aplicar o tema relacionado a responsabilidades sociais, ambientais ou sustentáveis às propagandas das empresas, a fim de aumentar a visibilidade e melhoria de visão por meio dos clientes.

Os grandes encontros e congressos com temática em sustentabilidade ajudam na divulgação da importância do tema para o planeta. Quanto mais discussão, melhores propostas a serem tomadas pelos países, e maiores os resultados.

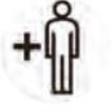
Como exemplo de grandes mudanças a serem tomadas, o Pacto Global foi e é um dos principais encontros onde propostas foram feitas. Lançados nos anos 2000, trazendo como principal objetivo tornar a economia global mais sustentável, possibilitando a inclusão social (GOMES; BERNARDO; BRITO, 2005).

Trata-se de um programa de incentivo à atuação ética empresarial, de natureza não vinculativa, lançado oficialmente no ano de 2000. Apresenta 10 princípios que refletem desafios contemporâneos da humanidade, e são reunidos em quatro áreas: i) direitos humanos; ii) relações de trabalho; iii) meio ambiente; e, iv) combate à corrupção (TAMIOZZO; KEMPFER, 2016, p. 146).

A diversidade de temas abordados no Pacto Global tem como objetivo atingir as áreas que mais necessitam de assistência, levando os que possuem menos voz diante da multidão, a terem igualdade e acesso a áreas que sem a ajuda do Pacto Global, não seria possível (GOMES; BERNARDO; BRITO, 2005).

Na Figura 3, é possível verificar os 10 princípios do Pacto Global, idealizados nos anos 2000.

FIGURA 3 – 10 Princípios do Pacto Global

1		RESPEITAR e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência.	6		ESTIMULAR práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.
2		ASSEGURAR a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.	7		ASSUMIR PRÁTICAS que adotem uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais.
3		APOIAR a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva.	8		DESENVOLVER iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental.
4		ELIMINAR todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.	9		INCENTIVAR o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis.
5		ERRADICAR todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva.	10		COMBATER a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e o suborno.

Fonte: Pacto Global (2019).

O Pacto Global poderia ser resumido como sendo um grande impulsionador dos Direitos Humanos. Em cada um dos pactos, é possível verificar a forma como o direito do ser humano é levado em consideração, sempre tentando aproximar o humano de seus direitos (GOMES; BERNARDO; BRITO, 2005).

Sobre o Pacto Global, Tamiozzo e Kempfer (2016, p. 147) ainda comentam:

É grande a responsabilidade dos consumidores para a efetividade de tais diretrizes e mesmo da ordem jurídica. O consumo consciente é seletivo. Assim, decidir contratar empresas que têm compromisso, de fato, com a sustentabilidade alimentará a cadeia desde a matéria prima até o produto final.

As necessidades do ser humano devem ser levadas a sério pelas organizações. Um colaborador satisfeito irá realizar muito mais por sua empresa do que um trabalhador que não se sente protegido ou não vê justiça dentro de sua empresa. As empresas que cuidam de seus colaboradores ganham trabalhadores mais empenhados em servir a empresa, além de defensores que querem o melhor para a organização (TAMIOZZO; KEMPFER, 2016).

2.3 A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR E A SUSTENTABILIDADE EM UM CONTEXTO INTERDISCIPLINAR

De acordo com Campos et al. (2013) um grande número de empresas tem apresentado um interesse em emitir relatórios onde os impactos socioambientais são divulgados, com o intuito apenas de apresentar à sociedade as boas práticas que a organização vem desenvolvendo.

Na Europa, América do Norte e Japão a prática tem sido bastante utilizada, e vem ganhando mais espaços dentro dos países emergentes, que veem os benefícios deste tipo de prática. O intuito é mostrar a transparência e integridade das empresas quanto a sustentabilidade (CAMPOS et al., 2013).

Esse olhar nas organizações tem contribuído para que se pense sobre a formação do administrador, que assume novas responsabilidades com o discurso do desenvolvimento sustentável. Esse entendimento implica em reconhecer que o aprendizado dentro das IES é de grande importância, mas que, ao colocar em prática, torna-se necessário o encorajamento para as mudanças (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

As instituições de ensino superior não estão apenas educando as futuras gerações para tomadores de decisão. Tais instituições têm papel importante na trajetória para um futuro global mais sustentável. Tal papel é exercido por meio de três componentes: 1. os espaços de formação, intercâmbio e educação; 2. os espaços de pesquisa e geração de ideias; e 3. as organizações *per se*, com orçamentos e processos de tomada de decisão (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011, p.8).

Ao tratar desta temática, Jacobi (2003) afirma que é preciso preocupar-se com a formação de administradores com estilos de vida diferentes, os quais possam promover uma consciência ética e que questionem o atual modelo de desenvolvimento. Deve-se pensar mais na formação de indivíduos que estejam predispostos a transformar o discurso em prática. Segundo o autor, a universidade tem um papel fundamental no desenvolvimento desta consciência socioambiental ao ajudar o aluno a ter uma visão ampla e completa do ambiente em que vive. Seu papel consiste em revelar-se como um espaço de discussão e análise da natureza e das questões sociais, evitando cair em práticas apenas pontuais que não refletem a realidade social de seus alunos. Segundo Gadotti (2005) e Lencastre (2006), a verdadeira formação socioambiental ocorre quando esta é trabalhada aos níveis da sensibilidade e da vivência, de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino.

Segundo Cunha et al. (2008, p. 207), “Sustentabilidade é um conceito que está, cada vez mais, sendo utilizado em diversas áreas de conhecimento. Às vezes, é utilizado de forma

apropriada, outras vezes, percebe-se falta de clareza e de discernimento sobre a definição e a utilização do conceito”.

Os autores ainda discorrem a respeito da necessidade dos envolvidos com a educação entenderem a importância de adotar as posturas sustentáveis dentro das universidades (CUNHA et al., 2008).

Para Jacobi (2005, p. 243):

[...] as práticas educativas articuladas com a problemática socioambiental não devem ser vistas como um adjetivo, mas como parte componente de um processo educativo que reforce um pensar da educação orientado para refletir a educação socioambiental num contexto de crise ambiental, de crescente insegurança e incerteza face aos riscos produzidos pela sociedade global, o que, em síntese, pode ser resumido como uma crise civilizatória de um modelo de sociedade.

Segundo Ferreira e Ferreira (2008), há uma premente necessidade de se trabalhar os conceitos de gestão ambiental e sustentabilidade de tal modo que os cursos de administração possam gerar não somente pesquisas na área ambiental, mas também gestores ambientais profissionais, com todas as bases teóricas e habilidades que tal função exige no âmbito empresarial.

De acordo com Pinheiro et al. (2010), o contexto atual demanda estudar o tema sustentabilidade nos cursos de administração. Afinal, os alunos estão sendo preparados para serem futuros líderes e gestores de empresas, podendo influenciar de forma significativa nas decisões que envolvam a temática ambiental. Loures (2009) corrobora com esta ideia reafirmando a necessidade de que os administradores tenham um bom julgamento no que tange ao meio ambiente. Entretanto, o autor defende que isso só será possível por meio da introdução de aperfeiçoamentos substanciais nos cursos de administração.

Segundo Santos (2018) uma importante função da universidade é construir uma “consciência ambiental” nos alunos do Ensino Superior, onde a capacidade de inverter a crescente degradação do meio ambiente e a sustentabilidade no planeta ficará a cargo dos futuros profissionais.

Com base nesse entendimento, pode-se ressaltar as palavras de Cunha et al (2008) quando apresentam a sociedade como expectativa das propostas criadas pelo meio empresarial serem colocadas em prática, e assim beneficiar a sociedade como um todo.

[...] transformar os conceitos em ação, entendendo-se, muitas vezes, que isso passa pelo processo educativo de jovens e profissionais, capazes de imprimir um caráter sustentável às suas práticas. O “como” fazer uma educação sustentável tem sido bastante discutido também (CUNHA et al., 2008, p. 210).

No entanto, vale ressaltar: toda e qualquer ação que vise promover esse aperfeiçoamento deve considerar aspectos deveras importantes sobre a aquisição de conhecimento. Todo conhecimento deriva da informação recebida, porém destaca-se que o conhecimento adquirido está ligado diretamente a forma como este é transmitido. O pensamento de um indivíduo pode ser transmitido de diversas maneiras, o que irá implicar a forma como o receptor irá interpretar a informação (COUTINHO; LISBÔA, 2011).

O conhecimento possui uma classificação onde existem dados significativos e dados a não significativos, onde podem ser distinguidos através de alguns termos: separa (distingue os disjunta) e une (associa, identifica); hierarquiza (o principal, o secundário) e centraliza (em função de um núcleo de noções-chave). O autor ainda afirma que a lógica é utilizada para essa organização do pensamento (MORIN, 2011).

Um conhecimento não é pertinente porque contém uma grande quantidade de informações. Ao contrário disso, nos damos conta que, frequentemente, somos submergidos pela quantidade de informações transmitidas pela televisão. As informações sobre o amanhã anulam as de hoje. Além disso, o verdadeiro problema não é o da informação quantitativa, mas o da organização da informação. O conhecimento implica nisso (MORIN, 2007, p. 85).

Dando continuidade a este mesmo pensamento, é possível ver por meio da ideia de Coutinho e Lisbôa (2011) a dificuldade que as instituições de ensino encontram para o desenvolvimento crítico e competitivo dos futuros profissionais.

O desafio imposto à escola por esta nova sociedade é imenso; o que se lhe pede é que seja capaz de desenvolver nos estudantes competências para participar e interagir num mundo global, altamente competitivo que valoriza o ser-se flexível, criativo, capaz de encontrar soluções inovadoras para os problemas de amanhã, ou seja, a capacidade de compreendermos que a aprendizagem não é um processo estático mas algo que deve acontecer ao longo de toda a vida (COUTINHO; LISBÔA, 2011, p. 5).

A abordagem inicial é importante para haver um rumo a ser seguido, assim como diz o pensamento de Morin: “A estratégia permite, a partir de uma decisão inicial, prever certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que vão chegar no curso da ação [...]” (MORIN, 2011, p. 79).

A informação que será transmitida possui alguns diferenciais. Ela pode ser vista como um processo, como um conhecimento e como uma coisa. É possível verificar a diferença entre essas divisões dos significados da informação, conforme Quadro 1:

QUADRO 1 - Significados da Informação

IN F O R M A Ç Ã O	Significado	Definição
	COMO PROCESSO	Quando acontece o ato de informar, ou seja, é, essencialmente, o processo de troca de informação em uma comunicação entre um emissor e um receptor.
	COMO CONHECIMENTO	Quando a informação se caracteriza como o conteúdo de uma mensagem (fato, acontecimento etc) que é veiculada na comunicação.
	COMO COISA	Quando a informação é aquela em que se atribui o seu papel informativo a documentos, registro de dados, filme etc. É a representação tangível da informação.

Fonte: Elaborado a partir de Jannuzzi, Falsarella e Sugahara (2016).

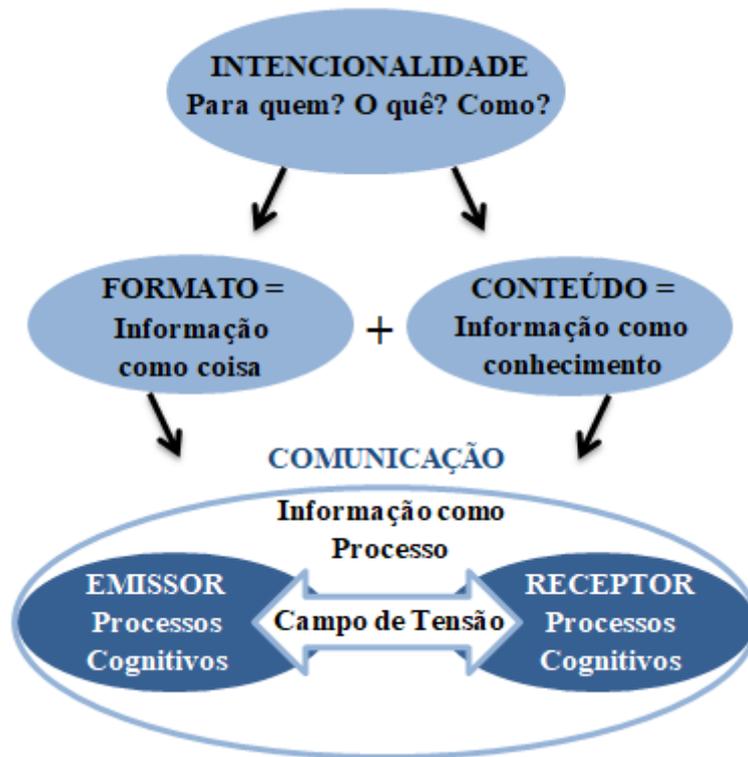
Saber o significado da informação fará com que facilite o entendimento da melhor forma como a informação deverá ser repassada, facilitando também o entendimento por parte do receptor.

Apenas divulgar as informações, sem mostrar o sentido da aplicação tem sido um desafio. Aplicando no contexto da sustentabilidade, é possível ver a mesma dificuldade que os professores encontram em transmitir um conhecimento efetivo ao mundo profissional se adentrando pelo mundo corporativo.

Jannuzzi, Falsarella e Sugahara (2016, p. 99), falam a respeito da importância do conhecimento: “Notoriamente, a informação e o conhecimento são considerados elementos fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, em todos os seus segmentos”.

É possível ver por meio da Figura 4, o modo como é o processo cognitivo do indivíduo.

FIGURA 4 - Elementos Construtivos da Informação



Fonte: Elaborado a partir de Jannuzzi, Falsarella e Sugahara (2016).

A comunicação é formada por meio da intencionalidade. Para quem será transmitida a informação? O que será transmitido? Como será transmitida? A junção da informação como coisa (formato) com a informação como conhecimento (conteúdo) irá resultar na comunicação. A comunicação por sua vez, pode se dividir em duas partes: emissor e receptor, onde trará um campo de tensão entre as partes, trazendo o processo de conhecimento para ambas as partes.

Todos estes pontos somados com o formato e o conteúdo irá resultar na comunicação. O emissor irá transmitir de uma forma, e o receptor irá receber de outra forma. Então, é necessário analisar todos os pontos, e tentar deixar clara a sua intenção de transmitir e receber informações, para que seja feita da maneira mais apropriada (JANNUZZI; FALSARELLA; SUGAHARA, 2016).

Para que haja um crescimento intelectual na sociedade, é necessária a transmissão e compreensão de conhecimentos, para assim atingir um patamar de cognição geral entre emissor e receptor.

Outra dificuldade que é apresentada a respeito da sustentabilidade dentro do mundo corporativo, é a de encontrar um equilíbrio entre o ambiental e o desenvolvimento social (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

Barbosa (2008) corrobora com o pensamento acima, porém ele afirma que além do equilíbrio entre o ambiental e o desenvolvimento social, é necessário também incluir o desenvolvimento econômico.

Barbosa (2008) exemplifica o equilíbrio através da Figura 5:

FIGURA 5 - Esquemático Relacionando Parâmetros para se Alcançar o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Barbosa (2008, p. 5).

A junção do Social, com o Econômico e o Ambiental trará o tão sonhado Desenvolvimento Econômico, que seria o ideal para a sociedade. O Desenvolvimento Sustentável se importa com o que a sociedade necessita, além de tratar de temas como a preservação ambiental, juntamente com o desenvolvimento econômico.

Claro, Claro e Amâncio ainda afirmam:

Um aspecto central do enfoque em questão é o balanceamento da proteção ambiental com o desenvolvimento social e econômico, induzindo um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança, no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso. O desenvolvimento tecnológico deverá ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação tecnológica de países em desenvolvimento (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 291).

A sustentabilidade ambiental consiste na manutenção das funções e componentes do ecossistema, de modo sustentável, podendo igualmente designar-se como a capacidade que o ambiente natural tem de manter as condições de vida para as pessoas e para os outros seres vivos, tendo em conta a habitabilidade, a beleza do ambiente e a sua função como fonte de energias renováveis (SANTOS, 2018, p. 4).

Para uma sustentabilidade que influencie os futuros profissionais e gestores das empresas, é necessário demonstrar as várias faces da sustentabilidade no mundo corporativo.

[...] discursos buscam vincular práticas gerenciais ambientais, sociais e econômicas a uma imagem positiva da empresa. No entanto, várias empresas têm dificuldade em associar seus discursos e práticas gerenciais a uma definição completa de sustentabilidade. Algumas focam questões sociais; outras, questões ambientais; e muitas, questões exclusivamente econômicas (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 290).

O equilíbrio necessário na sustentabilidade deve ser exposto pelas universidades, a fim de poder incrementar o pensamento dos futuros profissionais dentro das empresas. Porém, a empresa e a universidade possui a obrigação de apresentar aos profissionais as diferenças entre Práticas Sociais Sustentáveis, Práticas Ambientais Sustentáveis e Práticas Econômicas Sustentáveis.

Claro, Claro e Amâncio (2008) definem bem o conceito de cada um desses termos:

“**Práticas sociais sustentáveis** referem-se às práticas gerenciais da organização que visam à melhoria da qualidade de vida dos funcionários e da comunidade” (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 295).

“**Práticas ambientais sustentáveis** referem-se às práticas gerenciais da organização voltadas para a preservação da qualidade ambiental e a prevenção de impactos ambientais” (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 295).

“**Práticas econômicas sustentáveis** referem-se às práticas gerenciais da organização para alcançar bom desempenho econômico” (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 295).

Os autores ainda afirmam: “Dessa forma, os valores da sociedade e o paradigma do mundo dos negócios passaram e estão passando por remodelações de forma a incorporar práticas sustentáveis” (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 298).

Claro, Claro e Amâncio (2008) falam a respeito da sustentabilidade através das instituições de ensino:

A instrução de um indivíduo reflete o tempo dedicado a estudos e ao contato com tópicos abrangentes sobre sustentabilidade. Esses tópicos são essenciais para o entendimento do termo sustentabilidade. Dentre eles estão termos relacionados a desempenho econômico, responsabilidade social, qualidade de vida, impactos ambientais causados por atividades humanas, entre outros (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008, p. 293).

Ao observar a diferenciação de tais termos, fica explícito que a sustentabilidade pode ser incorporada em diversos ambientes de trabalho, ficando a cargo das instituições de ensino transmitir tais valores e pensamentos.

O curso de Administração tem como objetivo trazer as práticas sociais sustentáveis, as práticas ambientais sustentáveis e as práticas econômicas sustentáveis, a fim de mostrar o verdadeiro desenvolvimento sustentável aos futuros administradores, para que estes possam usufruir da melhor percepção de sustentabilidade possível (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

2.4 CURSO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

O curso de administração no Brasil se deu, inicialmente, pelo curso de administração pública, em 1944, na cidade do Rio de Janeiro, através da Fundação Getúlio Vargas. Somente dez anos depois, em 1954, é que foi dado início ao curso de administração de empresas, em São Paulo, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - EAESP, como parte de um acordo entre o governo brasileiro com o governo dos Estados Unidos (BERTERO, 2009).

O processo de formação de administradores na área empresarial privada era novidade naquele momento, pois o foco principal, até então, havia sido a administração pública. Tal ponto se devia ao pensamento de que o setor público não possuía um único dono, já o setor privado, deveria ser administrado por seus proprietários, deixando de haver a necessidade de terceiros conduzirem os negócios (BERTERO, 2009).

No setor empresarial privado, existia o pensamento de que as empresas deveriam ser comandadas apenas por familiares, e que a necessidade de demais administradores, era inviável, já que o negócio não lhes pertencia. Com o decorrer do tempo, este pensamento de que apenas a família deveria controlar as empresas teve sua essência modificada (BERTERO, 2009).

O processo de implantação dos cursos de administração no Brasil tinha como objetivo implementar os melhores programas na Nova Escola. Para que tal propósito fosse cumprido, devido aos prolongados trâmites e diversas implantações, foi necessário que a missão universitária dos Estados Unidos permanecesse no Brasil pouco mais de 10 anos (BERTERO, 2009).

A administração do desenvolvimento envolveu não só a ajuda estrangeira da assistência técnica, mas a organização de novos órgãos públicos e a reorientação dos existentes, além da criação de um corpo de administradores capazes de exercer liderança em programas de estímulo e apoio ao aperfeiçoamento social e econômico (FISCHER, 1993, p.12 e 13).

Em menos de 30 anos, já haviam sido criados centenas de cursos, iniciando assim um crescimento que não haveria previsão de diminuição. Com a grande demanda nos cursos de graduação, viu-se a necessidade de criação de Mestrados e Doutorados em Administração, o que foi implantado no Brasil durante os anos seguintes. Porém, ainda havia alguns problemas a serem resolvidos quanto às diretrizes curriculares do curso de administração (BERTERO, 2009).

As matérias práticas na realidade não o são e as matérias teóricas não são de administração. Parte das dificuldades parece residir em questões inerentes a juventude da área de conhecimento, não propriamente ao ensino brasileiro de administração. Esta baixa qualidade de ensino, entretanto, tem a ver com as dificuldades e equívocos no funcionamento do nosso sistema (CASTRO, 1981, p. 59).

Motta (1983) corrobora com Castro, concluindo que:

[...] Um problema das faculdades de administração inseridas em universidades, algumas excelentes, tem sido, a meu ver, a pouca ênfase em análises críticas da realidade, o que se compreende a partir da estrutura universitária brasileira, que provoca o isolamento de especialistas. Assim, os estudantes sofrem uma formação frequentemente deficiente em áreas afins e os professores de administração não se beneficiam do contato com outros professores e pesquisadores (MOTTA, 1983, p. 53).

Após o início dos cursos, começaram a surgir a necessidade de alterações, conforme Motta (1983) e Bertero (2009) citam a seguir:

[...] a insuficiência no tratamento das questões relativas a moeda e crédito, em termos de Brasil e de relações interacionais; a pouca ou nenhuma atenção dedicada a problemas específicos das empresas estatais, cada vez mais importantes no cenário econômico e político e a imensa lacuna no que diz respeito à gestão de pequenas e médias empresas, em contraste com um discurso oficial que a valoriza (MOTTA, 1983, p. 54).

É importante retomar estes inícios no momento em que a própria presença de ciências sociais no currículo de administração começa a suscitar debates. Há quem desejaria que alguma sociologia fosse trocada possivelmente por mais tecnologia de informação e logística de operações. Isto está a indicar certamente que os tempos mudaram e com eles a expectativa com relação à formação de administradores e também o papel a ser desempenhado pelas ciências sociais (BERTERO, 2009, p. 10 e 11).

Diante das devidas necessidades de mudanças, foi inevitável o pensamento de que mudanças deveriam ocorrer, para que todas as áreas cruciais para um bom curso de administração fossem implementadas.

A seguir é possível observar diferenças entre os objetivos propostos nas décadas de 1960, e os atuais objetivos propostos pelo governo quanto as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Administração.

QUADRO 2 - Objetivos do Curso de Administração em Décadas

Década de 1960	2005 - atualmente
Os dois primeiros anos dedicados a disciplinas introdutórias: sociologia, ciência política, a psicologia, o direito constitucional, de contratos, tributário e trabalhista e economia.	Disciplinas de Formação Básica: estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.
Os dois últimos anos dedicados a disciplinas funcionais de administração: finanças, marketing, contabilidade gerencial, administração de pessoal, vendas, produção, etc.	Conteúdos de Formação Profissional: teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços.
	Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração.
	Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Fonte: Bertero (2009, p. 8) e Brasil (2005, p. 2 e 3).

Com base nos dados do Quadro 2, é possível atentar que a estrutura curricular passou por diversas mudanças a fim de implementar melhorias e obter um enriquecimento no perfil do administrador. Com esta transição e implementação de novos diretórios, os novos administradores saem para o mercado de trabalho com uma visão ampla de conhecimentos que antes não eram integrados aos cursos (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Atualmente a forma de se expor o conhecimento, pode ser tratado de diversas maneiras dentro dos cursos superiores, sendo elas como disciplina específica, projetos ou interdisciplinar.

A interdisciplinaridade envolve ramos em comum dentro do conhecimento, trazendo a interação de diversas áreas do conhecimento e criando assim abertura para novos conceitos (POMBO, 2018).

A interdisciplinaridade utiliza de teorias e métodos para integrar os dados, para se obter um novo tipo de conceito onde todos os pontos conflituosos sejam definidos, a fim de obter um conteúdo com todas as lacunas relevantes preenchidas (POMBO, 2018).

Na medida em que cada disciplina é incapaz de esgotar o problema em análise, a interdisciplinaridade traduz-se na abertura intrínseca de cada disciplina a todas as outras, na disponibilidade de cada uma das disciplinas envolvidas se deixar cruzar e contaminar por todas as outras. [...] Quer isto dizer que, neste tipo de práticas, a interdisciplinaridade passa, não tanto pela concertação prévia de uma metodologia, mas pelo convite à convergência de perspectivas em torno de um determinado objeto de análise (POMBO, 2018, p. 26 e 27).

Com este pensamento de Pombo (2018), confirma o pensamento de Jacobi, Raufflet e Arruda (2011) a respeito da interdisciplinaridade dentro da Administração, como é possível observar:

A ciência da Administração tem em sua origem uma construção interdisciplinar, aplicada aos desafios da prática de gestão, que faz com que suas diferentes áreas se complementem e coexistam em consonância. Portanto, as escolas de pensamento da Administração devem buscar caminhos para inserir as questões de sustentabilidade de forma que suas discussões façam parte do desenvolvimento dessa própria ciência, e não mais sejam parte de um movimento de diferenciação usado por algumas instituições de ensino que, muitas vezes, entram em conflito com suas diversas áreas (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011, p. 41).

O uso correto de uma disciplina que tenha a interdisciplinaridade é integrar os assuntos propostos, e expor para os acadêmicos tudo relacionado ao conteúdo. Usado corretamente é uma grande vantagem para as IES, que amplia sua grade curricular, bem como para seus alunos, que estarão amplificando sua capacitação de aprendizado.

Apesar de que as práticas de interdisciplinaridade sejam recentes, atualmente uma das formas interdisciplinares que vem sendo utilizada é com a temática de sustentabilidade. Pensando em inovações, o Ministério da Educação decidiu inserir a temática de sustentabilidade dentro das escolas e IES brasileiras, a fim de diversificar seu conteúdo, e proporcionar melhores resultados para os formandos (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011).

Sempre em melhoria, o Ministério da Educação procura constantemente propor novos artifícios para que a qualidade do ensino seja cada vez mais elevada (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011). Sob esse ponto de vista, observa-se que “tem havido iniciativas tanto no nível internacional quanto no nacional para promover a sustentabilidade nas instituições de ensino superior, desde os anos 1990” (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011, p. 29).

Atualmente por meio da Resolução n° 2, de 15 de Junho de 2012, foi implementada a obrigatoriedade da Educação Ambiental nos ensinos básicos, médios e superiores, sendo elas de forma específica ou interdisciplinar (BRASIL, 2012). A resolução tem como objetivo promover a Educação Ambiental garantindo que todos os níveis de ensino tenham seu direito ao conhecimento, a fim de impor-se ao poder público e coletivo o dever de preservar e defender o meio ambiente (BRASIL, 2012).

Desta forma, a Educação Ambiental se adentrou pelas IES de modo que é possível ser identificada em diversas matérias. Não havendo matérias específicas, o tema sustentabilidade pode ser deixado de lado quando proposto a interdisciplinaridade. Portanto, é necessário haver comprometimento com o ensino desta temática tão importante.

Amplificar as fontes de conhecimento dos alunos é de grande importância. Mesmo com tantos esforços para a proliferação da educação, ainda existe a dificuldade de se obter uma distribuição igualitária no Brasil.

Comparando a porcentagem da população brasileira que tem acesso à educação, especialmente à educação superior, ainda estamos em posição de inferioridade não somente com relação aos países mais desenvolvidos, mas diante de diversos países classificados no Terceiro Mundo. Depois de toda a expansão do ensino superior ocorrida a partir dos anos sessenta, ainda temos pouco menos de quatro milhões de matrículas para uma população de mais de cento e oitenta milhões de pessoas (BERTERO, 2009, p. 34).

Apesar de tantos esforços para expandir o ensino superior, ainda há muito que ser feito, como citado por Bertero (2009). As melhorias devem ser realizadas sempre buscando a excelência na educação.

Cury (2014) corrobora com a afirmação anterior de Bertero:

A insistência na dimensão ensino e na sua melhoria aponta para o reconhecimento entredito de que os resultados da educação escolar não possuem uma situação recomendável. Essa preocupação reiterada contrasta com o horizonte que demanda melhoria, subjacente aos princípios norteadores da educação escolar (CURY, 2014, p. 1060).

O intuito da criação das DCN no Brasil foi de expandir os conhecimentos e manter o mínimo de igualdade quanto ao conhecimento que é difundido, para que ao transmitir a compreensão aos alunos, estes possam obter os fatos e colocá-los em prática em sua vida profissional (BRASIL, 2012).

A diversidade no tema de Educação Ambiental aparece como uma preocupação para Jacobi, Raufflet e Arruda (2011).

O principal desafio compreende a ambiguidade e diversidade da definição de sustentabilidade no currículo. A compreensão e a interpretação do termo “sustentabilidade” e a ideia de “aprendizagem para a sustentabilidade”

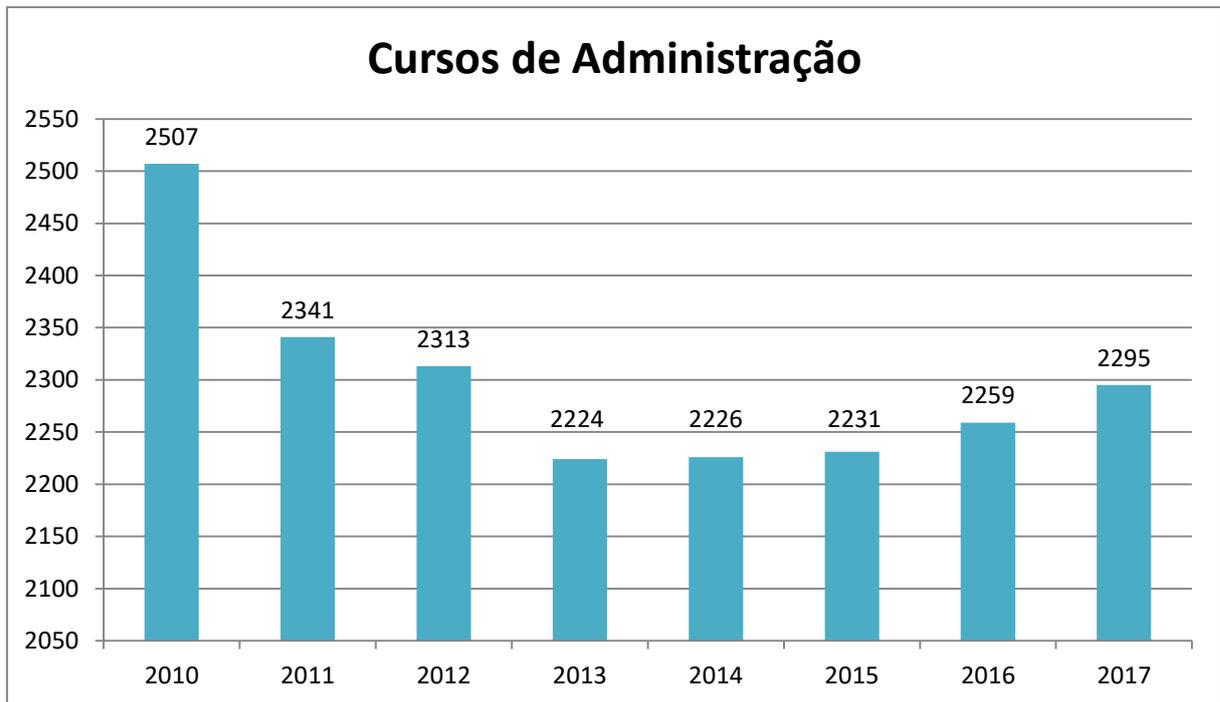
variam muito dentro do ensino superior. A maioria das instituições de ensino superior tem conseguido apenas pequenos avanços incrementais na direção do fortalecimento de uma agenda educacional para a questão da sustentabilidade, confrontadas com a complexidade, bem como com uma incorporada resistência à mudança (JACOBI; RAUFFLET; ARRUDA, 2011, p. 32).

Com a criação da Resolução nº 2, de 15 de Junho de 2012, o governo, representado pelo MEC, através das DCN procura incluir a Educação Ambiental nas escolas e universidades, para expandir os conhecimentos sobre tal tema e assim chegar a devida prática da sustentabilidade (BRASIL, 2012).

Analisando a Resolução, é possível observar que a mesma permite a inclusão do assunto de forma interdisciplinar. Colocando desta maneira, facilita para as escolas e universidades a inclusão da sustentabilidade em seu histórico ou currículo (BRASIL, 2012).

Outro benefício que pode ser retirado deste tipo de apresentação ao assunto, é a integração da Educação Ambiental com outros temas que são de grande uso profissional no dia a dia. Trabalhando desta forma interdisciplinar, os professores estimulam os alunos a pensarem em quais aspectos é possível implementar a sustentabilidade em suas ocupações profissionais e pessoais, chegando ao objetivo final da Resolução, que é colocar em prática o que foi assimilado, para garantir uma qualidade de vida melhor para as futuras gerações (BRASIL, 2012).

Em relação aos números de cursos de Administração no Brasil, é possível observar no Gráfico 1, o número de IES que oferecem os mesmos.

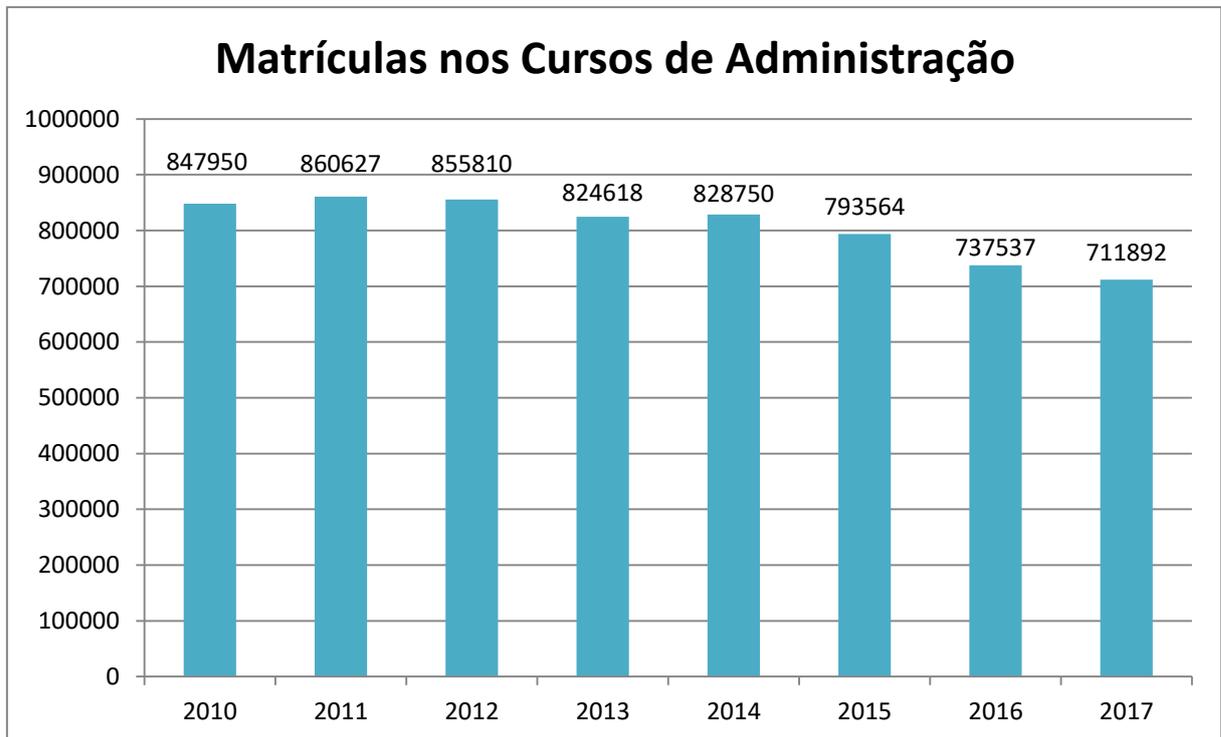
GRÁFICO 1 - Cursos de Bacharelado em Administração no Brasil

Fonte: Elaborado a partir de CFA (2018).

De acordo com informações do Conselho Federal de Administração (CFA), é possível ver que em 2017, foram 2.295 cursos de Administração, distribuídos em todo o país (CFA, 2018).

Dentro do Estado de São Paulo, atualmente, é possível encontrar 496 IES que oferecem o curso de Administração (E-MEC, 2019).

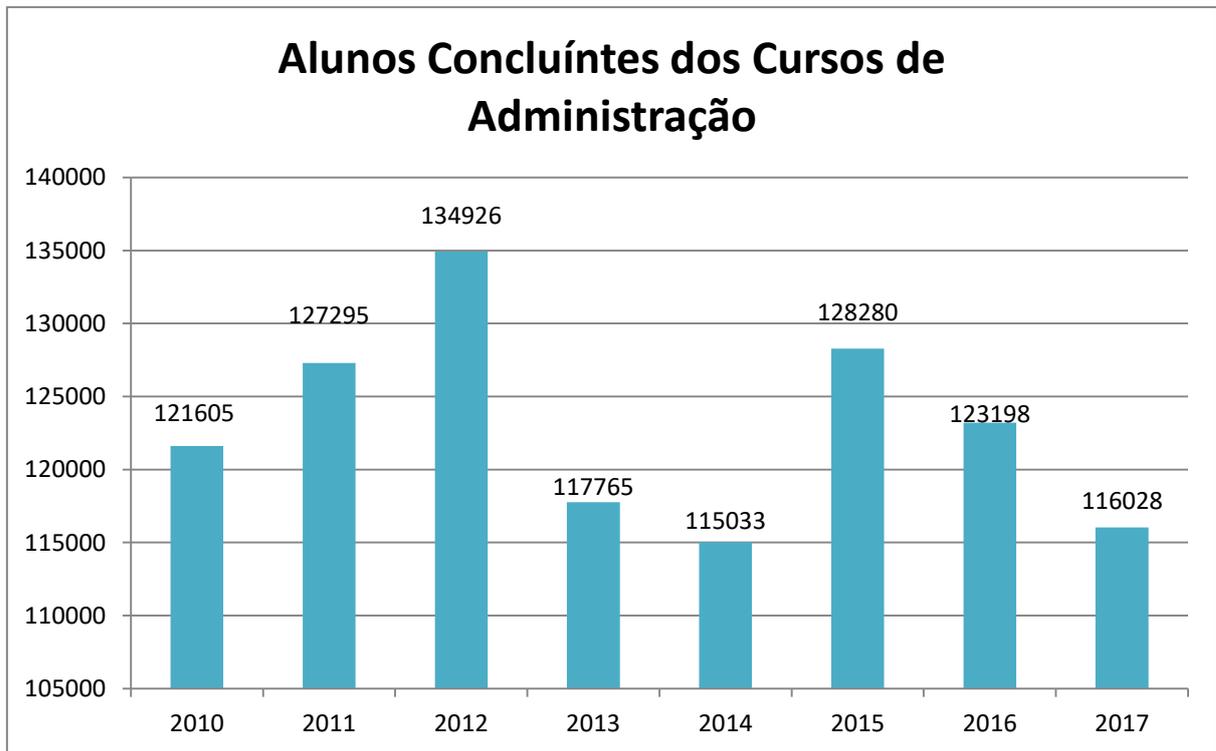
Em relação ao número de matrículas no curso de Administração no ano de 2017, é possível verificar os dados no Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – Matrículas nos cursos de Bacharelado em Administração

Fonte: Elaborado a partir de CFA (2018).

É possível verificar que o número de alunos matriculados no ano de 2017 para o curso de Administração foi de 711.892. Uma baixa em relação ao ano de 2016 (CFA, 2018).

Referente ao número de alunos que concluíram o curso de Administração, é possível verificar os dados através do Gráfico 3:

GRÁFICO 3 – Alunos concluintes dos cursos de Bacharelado em Administração

Fonte: Elaborado a partir de CFA (2018)

Já em relação aos alunos que conseguiram concluir o curso de Administração no ano de 2017, é possível ver que apenas 116.028 brasileiros obtiveram o título de graduação. Um declínio em relação ao ano de 2016, onde 123.198 conseguiram obter o diploma de bacharel em Administração (CFA, 2018).

3 MÉTODO

3.1 SOBRE O MÉTODO

Tendo como base de análise a sustentabilidade dentro dos cursos de Administração de algumas Instituições de Ensino do Estado de São Paulo, este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, cujo objetivo é o de “[...] proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 2008, p. 27).

Quanto à abordagem, é caracterizada como qualitativa onde “é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano” (RICHARDSON, 2017, p. 67). É também caracterizada como quantitativa, onde “é um meio para testar teorias objetivas, examinando a relação entre as variáveis. Tais variáveis, por sua vez, podem ser medidas tipicamente por instrumentos, para que os dados possam ser analisados por procedimentos estatísticos” (RICHARDSON, 2017, p. 57).

Quanto aos procedimentos de coleta de dados, a presente pesquisa caracteriza-se como documental, pois irá analisar documentos que não receberam tratamento analítico sob o ponto de vista científico, tais como ementa de disciplinas (GIL, 2008), neste caso, as ementas, conteúdo programático e referências bibliográficas nos cursos de graduação em Administração.

3.2 SOBRE O UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa são cursos de administração, localizados no estado de São Paulo. Trata-se de uma amostra não probabilística intencional (RICHARDSON, 2017), na qual, de um universo de 496 IES que oferecem o curso de Administração no estado de São Paulo (E-MEC, 2019), optou-se por selecionar as IES que possuem as melhores notas na pesquisa do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em relação ao curso de Administração.

A última pesquisa que do CPC – Conceito Preliminar de Curso em que o curso de Administração entra na pesquisa foi do ano de 2015.

Para a seleção do Universo da Pesquisa, foram levados em consideração alguns requisitos:

- ✓ Organização Acadêmica: Universidade;
- ✓ Modalidade de Ensino: Educação Presencial;

- ✓ Sigla (Estado): São Paulo;
- ✓ CPC Faixa (Nota da Pesquisa): 4 e 5;
- ✓ Considerar apenas um polo da Universidade.

No Quadro 3 é possível verificar as universidades que se encaixaram nos requisitos pré-estabelecidos anteriormente, na pesquisa do CPC – INEP/2015 dos cursos de Administração.

QUADRO 3 – Universidades da pesquisa CPC – INEP/2015

Nome da IES	Sigla da IES	Categoria	Município do Curso	CPC Faixa
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	Federal	Sorocaba	4
Pontifícia Universidade Católica de Campinas	PUC-CAMPINAS	Privada	Campinas	4
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	Privada	Barueri	4
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	Privada	São Paulo	4
Universidade Presbiteriana Mackenzie	MACKENZIE	Privada	Campinas	4
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Estadual	Tupã	4
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	UNESP	Estadual	Jaboticabal	4
Universidade São Judas Tadeu	USJT	Privada	São Paulo	4
Universidade São Judas Tadeu	USJT	Privada	São Paulo	4
Universidade de Ribeirão Preto	UNAERP	Privada	Ribeirão Preto	4
Universidade Católica de Santos	UNISANTOS	Privada	Santos	4
Universidade do Oeste Paulista	UNOESTE	Privada	Presidente Prudente	4
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	Privada	São Paulo	4
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	Privada	São Paulo	4
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	Privada	São Paulo	4
Universidade Nove de Julho	UNINOVE	Privada	São Paulo	4
Universidade Camilo Castelo Branco	UNICASTELO	Privada	Fernandópolis	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	São Paulo	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	Araraquara	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	Santos	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	São Jose dos Campos	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	Araçatuba	5
Universidade Paulista	UNIP	Privada	Bauru	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	Sorocaba	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	Jundiaí	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	São Jose do Rio Pardo	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	Assis	4
Universidade Paulista	UNIP	Privada	São Paulo	4
Universidade de Marília	UNIMAR	Privada	Marília	4
Universidade Anhembi Morumbi	UAM	Privada	São Paulo	4
Universidade Anhembi Morumbi	UAM	Privada	São Paulo	4
Universidade Anhembi Morumbi	UAM	Privada	São Paulo	4
Universidade de Franca	UNIFRAN	Privada	Franca	4
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP	Privada	Barueri	4
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP	Privada	São Paulo	4
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	Federal	Osasco	4
Universidade Santa Cecília	UNISANTA	Privada	Santos	4

Fonte: INEP (2015).

3.2 SOBRE A COLETA DOS DADOS

Como parâmetro para o desenvolvimento da pesquisa, estabeleceu-se a adoção de palavras-chave extraídas das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (vide anexo B)**. Para um entendimento dos significados das palavras-chave, e também no intuito de contemplar alguma variação na interpretação e aplicação de cada uma delas, faz-se uma descrição dos conceitos obtidos de publicações nas áreas afins. Segue o Quadro 4 com as palavras-chave e seus conceitos:

QUADRO 4 – Palavras-Chave e suas Definições

Palavra-Chave	Conceito
Educação Ambiental	Entende-se que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental , mas ela ainda não é suficiente (JACOBI, 2003, p. 193).
Meio Ambiente	O meio ambiente efetivo é todo o meio exterior ao ser vivo . Esse meio exterior inclui os fatores abióticos (não vivos) da terra: água, atmosfera, clima, sons, odores e gostos; os fatores bióticos dos animais, plantas, bactérias e vírus; os fatores sociais de estética e os fatores culturais e psicológicos (ELY, 1990, p. 3 e 4).
Ambiente Natural e Social	O ambiente natural ou social é o elemento interativo, por excelência, das relações produção/ambiente/saúde (TAMBELLINI, 1998, p. 52).
Direitos Ambientais	É a proteção da biodiversidade (fauna, flora e ecossistemas), sob uma diferente perspectiva: a natureza como titular de valor jurídico <i>per se</i> ou próprio, vale dizer, exigindo, por força de profundos argumentos éticos e ecológicos , proteção independente de sua utilidade econômico-sanitária direta para o homem (BENJAMIN, 2011, p. 94).
Biodiversidade	A variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies , entre as espécies e entre espécies e ecossistemas (DIEGUES, 2000, p. 1).

Socioambiental	O termo “sócio” aparece atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea (MENDONÇA, 2015, p. 117).
Prática Social	A prática social correlaciona consciência e inconsciência, racionalidade e irracionalidade , no sentido de rebaixar o poder da razão e do sujeito na produção do conhecimento (BOURDIEU, 2005 Apud FILGUEIRAS, 2009, p. 401).
Sustentabilidade	O conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da mãe Terra , a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitem a existência e a reprodução da vida , o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2017, p. 4).
Desenvolvimento Sustentável	[...] apenas as soluções que considerem estes três elementos, isto é, que promovam o crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais , merecem a denominação [...] (SACHS, 2008, p. 36).
Ética Ambiental	[...] a ética ambiental perpassa por todas as formas de vida , indiscriminadamente, não se busca pensar o ser humano como centro e, sim, como parte que depende de harmonia entre as formas de vida para poder garantir sua parte no ciclo natural (POTTMEIER et al., 2013, p. 30531).
Socioeconômica	[...] o nível socioeconômico é uma variável significativa para o comportamento humano , porque abrange condições de vida diferenciadas, que afetam profundamente a visão do homem sobre a realidade social [...] as condições ocupacionais dos pais e mães respondem por grande parte do impacto do nível socioeconômico nos valores e orientações transmitidos aos filhos (BEM; WAGNER, 2006, p. 67).

<p>Sociedade Sustentável</p>	<p>Nesse processo de formação de uma nova consciência voltada para a preservação do planeta é essencial a educação do consumidor, com a conscientização da importância de novos hábitos de consumo, vez que grande parte dos problemas ambientais presentes são fruto dos padrões impostos pela economia de mercado através da publicidade, difundida pelos meios de comunicação de massa, impondo um estilo de vida insustentável e inalcançável para a maioria (GOMES, 2006, p. 25).</p>
<p>Direitos Humanos</p>	<p>Os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução. Compõem um construído axiológico, fruto da nossa história, de nosso passado, de nosso presente, fundamentado em um espaço simbólico de luta e ação social (ARENDDT, 1979 Apud PIOVESAN, 2005, p. 44).</p>
<p>Ecossistemas</p>	<p>[...] comunidades compostas de espécies com distribuições mais ou menos independentes e sem normas rígidas de desenvolvimento. Interações neutras e de inibição têm sido descobertas como sendo tão comuns (se não mais comuns do que) quanto a facilitação durante a sucessão (CONNELL; SLATYER, 1977 Apud MOULTON, 1998, p. 283).</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base nos autores citados – Grifo da autora.

As palavras-chave e a suas definições dão uma amplitude para ser analisado nos conteúdos das universidades. Se fosse considerada apenas a palavra-chave, alguns itens não seriam apontados como parte da temática de sustentabilidade, mesmo pertencendo ao tema. Assim, ao ampliar a quantidade de termos utilizados, é possível obter uma pesquisa fidedigna ao que realmente condiz com a sustentabilidade dentro das universidades. Portanto, foi utilizado como definição palavras-chaves que se encontram em negrito nos textos do Quadro 4.

4 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Com base nas palavras-chave e suas definições (Quadro 4), foi realizada a pesquisa dentre as universidades que foram selecionadas por meio do *ranking*, e citadas no Quadro 3 – Universidades da pesquisa CPC – INEP/2015.

No Quadro 5, foi analisado dentro do Projeto Pedagógico de cada universidade a quantidade de vezes que a sustentabilidade e demais definições são utilizadas dentro dos cursos de Administração.

Por meio do Quadro 5 é possível verificar quais universidades possuem a sustentabilidade entre seus temas abordados, a quantidade de citações abordadas, havendo uma divisão entre título, ementa, objetivo, bibliografias básica e complementar.

QUADRO 5 – Divisão de Título, Ementa, Objetivo, Bibliografia Básica e Complementar

	Mackenzie	PUC-Campinas	UAM	UFSCar	UNAERP	UNESP	UNIFESP	UNIFRAN	UNIMAR	UNIP	UNISANTA	UNISANTOS	UNOESTE	USJT	TOTAL
Título	2	1		1			2			2					8
Título com Definição de Palavras Chave	1				1	1									3
Ementa															0
Educação Ambiental															0
Definição de Educação Ambiental															0
Meio Ambiente		1		2											3
Definição de Meio Ambiente															0
Ambiente Natural e Social															0
Definição de Ambiente Natural e Social															0
Direitos Ambientais															0
Definição de Direitos Ambientais															0
Biodiversidade															0
Definição de Biodiversidade															0
Socioambiental		1													1
Definição de Socioambiental	1	5		4			5								15
Prática Social							1								1
Definição de Prática Social															0
Sustentabilidade	2	1		2			4								9
Definição de Sustentabilidade															0
Desenvolvimento Sustentável						1	1								2
Definição de Desenvolvimento Sustentável				1											1
Ética Ambiental															0
Definição de Ética Ambiental															0
Socioeconômica						1	1								2
Definição de Socioeconômica	3														3
Sociedade Sustentável	1														1
Definição de Sociedade Sustentável				1											1
Direitos Humanos		1													1
Definição de Direitos Humanos															0
Ecosistemas															0
Definição de Ecosistemas				1											1
Objetivo															
Palavra-Chave				2		1									3
Definição				2		3									5
Bibliografia Básica															
Palavra-Chave	1					5	3								9
Definição	3			3		1	4								11
Bibliografia Complementar															
Palavra-Chave	3					1	4								8
Definição	4			4		2	3								13
Semestres	1 a 8			1 a 7 e 10		1, 3, 4 e 6	1 a 5, 7 e 9								

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

No Quadro 5 é possível verificar a quantidade de vezes que temas relacionados a sustentabilidade são abordados dentro das universidades. É importante ressaltar que dentro de uma mesma matéria pode existir a abordagem de mais de um tema dentre as palavras-chave e suas definições.

As universidades possuem diferentes abordagens referentes à temática da sustentabilidade dentro dos conteúdos de suas matérias, que podem ser divididas da seguinte maneira: 8 de Títulos com palavra-chave, 3 de Títulos com definição, 3 definições de Meio Ambiente, 1 palavra-chave de Socioambiental, 15 definições de Socioambiental, 1 palavra-chave de Prática Social, 9 palavras-chave de Sustentabilidade, 2 palavras-chave de Desenvolvimento Sustentável, 1 definição de Desenvolvimento Sustentável, 2 palavras-chave Socioeconômica, 3 definições de Socioeconômica, 1 palavra-chave Sociedade Sustentável, 1 definição de Sociedade Sustentável, 1 palavra-chave Direitos Humanos, 1 definição de Ecossistemas, 3 palavra-chave nos objetivos, 5 definições nos objetivos, 9 palavras-chave na bibliografia básica, 11 definições na bibliografia básica, 8 palavras-chave na bibliografia complementar, 13 definições na bibliografia complementar.

A Universidade Mackenzie possui um total de 21 citações quanto à sustentabilidade, estando elas divididas da seguinte maneira:

QUADRO 6 – Resultados Mackenzie

	Mackenzie
Título	2
Título com Definição de Palavras Chaves	1
Ementa	
Definição de Socioambiental	1
Sustentabilidade	2
Definição de Socioeconômica	3
Sociedade Sustentável	1
Bibliografia Básica	1
Palavra-Chave	1
Definição	3
Bibliografia Complementar	
Palavra-Chave	3
Definição	4
Semestre	1,2,3,4,5,6,7,8

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Apesar de mostrar diversas referências ao tema de sustentabilidade, a Universidade Mackenzie apresenta uma concentração das palavras-chave e suas definições principalmente nas bibliografias (básica e complementar). A inclusão dos termos sustentáveis nas bibliografias não sugerem que os temas sejam efetivamente utilizados dentro da programação das matérias (MORIN, 2007).

A Universidade PUC-Campinas possui um total de 10 citações quanto a sustentabilidade, estando elas divididas da seguinte maneira:

QUADRO 7 – Resultados PUC-Campinas

	PUC Campinas
Título	1
Ementa	
Meio Ambiente	1
Socioambiental	1
Definição de Socioambiental	5
Sustentabilidade	1
Direitos Humanos	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Analisando os dados da Universidade PUC-Campinas, é possível verificar que a mesma possui diversos tipos de citações dentro da ementa, porém também é possível verificar uma concentração na definição de socioambiental. Tal termo se concentra na palavra “sociedade” (destacada na definição). A palavra sociedade nem sempre significa algo voltado para a sustentabilidade, podendo de algumas formas representar apenas a sociedade em geral, e não efetivamente voltado para a parte social da sustentabilidade (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

A Universidade UFSCar possui um total de 23 citações quanto a sustentabilidade, estando elas divididas da seguinte maneira:

QUADRO 8 – Resultados UFSCar

	UFSCAR
Título	1
Ementa	
Meio Ambiente	2
Definição de Socioambiental	4
Sustentabilidade	2
Definição de Desenvolvimento Sustentável	1
Definição de Sociedade Sustentável	1
Definição de Ecossistema	1
Objetivo	
Palavra-Chave	2
Definição	2
Bibliografia Básica	
Definição	3
Bibliografia Complementar	
Definição	4
Semestres	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A Universidade UFSCar também possui o mesmo sistema de concentração da temática sustentabilidade dentro das bibliografias (básica e complementar) que a Universidade Mackenzie. Com mais citações que a Universidade Mackenzie, pode-se dizer que a utilização de termos voltados para a sustentabilidade podem ser deixados de lado, e ser apenas algo ilustratório, já que dentro da ementa onde possui um certo roteiro a ser seguido, os termos muitas vezes deixam de existir (MORIN, 2007).

A Universidade UNAERP possui 1 citação quanto a sustentabilidade, estando dividida da seguinte maneira:

QUADRO 9 – Resultados UNAERP

	UNAERP
Título com Definição de Palavras-Chave	1

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A Universidade UNAERP possui apenas um título com definição de Socioambiental, sendo a matéria de nome: Sociedade e Cultura. O termo Sociedade no presente caso, se identifica com a definição de socioambiental, onde leva em consideração as necessidades e

diferenças da sociedade e sua cultura, dando um resultado positivo quanto ao tratamento da temática de sustentabilidade. Por outro lado, é possível verificar que dentro da ementa em momento algum é citada a temática da sustentabilidade, o que coloca em questão se a forma como o título da matéria se mostra é a forma correta de incisão da sustentabilidade voltada para a parte social. Ao verificar que a UNAERP não possui outros tipos de referências a sustentabilidade e suas definições, o que leva a crer na seguinte realidade: a temática de sustentabilidade não é devidamente tratada dentro do curso de Administração na universidade, podendo haver a intenção da introdução da temática, porém havendo dificuldade na crença da real introdução ao tema. Jannuzzi, Falsarella e Sugahara (2016) citam que para haver uma compreensão do conteúdo, é necessário que alguns elementos sejam levados em consideração, como a intencionalidade, o formato e o conteúdo. No presente tema é possível verificar apenas a intencionalidade, faltando então a inserção do formato e principalmente do conteúdo para haver uma comunicação correta entre emissor e receptor.

A Universidade UNESP possui um total de 16 citações quanto à sustentabilidade, estando elas divididas da seguinte maneira:

QUADRO 10 – Resultados UNESP

	UNESP
Título com Definição de Palavras Chaves	1
Ementa	
Desenvolvimento Sustentável	1
Socioeconômica	1
Objetivo	
Palavra-Chave	1
Definição	3
Bibliografia Básica	
Palavra-Chave	5
Definição	1
Bibliografia Complementar	
Palavra-Chave	1
Definição	2
Semestres	1, 3, 4, 6

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Observa-se que, em sua grande maioria, as palavras-chave e definições apresentam-se concentradas na bibliografia das disciplinas. Tal resultado pode indicar a preocupação da

universidade em atender a Diretriz curricular da área. No entanto, observa-se que constar apenas nas bibliografias não necessariamente significa que são colocados em prática, efetivamente (MORIN, 2007). Olhando sob esse prisma, observa-se que não há elementos que evidencie ações que contribuam para a aquisição de conhecimento, uma vez que nem a informação como conhecimento (BUCKLAND, 1991) fica explícita nos conteúdos que são obrigatórios na disciplina.

A Universidade UNIFESP possui um total de 28 citações quanto a sustentabilidade, estando elas divididas da seguinte maneira:

QUADRO 11 – Resultados UNIFESP

	UNIFESP
Título	2
Ementa	
Definição de Socioambiental	5
Prática Social	1
Sustentabilidade	4
Desenvolvimento Sustentável	1
Socioeconômica	1
Bibliografia Básica	
Palavra-Chave	3
Definição	4
Bibliografia Complementar	
Palavra-Chave	3
Definição	4
Semestre	1,2,3,4,5,7,9

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A Universidade UNIFESP possui um número significativo de citações quanto ao tema da sustentabilidade, o que leva a crer na correta inserção da temática dentro do curso de Administração. Observando com maior cuidado, vê-se que o termo “sustentabilidade” e o tema “desenvolvimento sustentável” foram citados em maior quantidade de vezes em relação às demais universidades. Outras positivities quanto à inserção da sustentabilidade dentro do curso de Administração da UNIFESP, é a existência da temática distribuída dentro de diferentes elementos como Título, ementa e bibliografias. Tais procedimentos levam-se a crer que existe a intenção e a efetivação quanto ao conteúdo transmitido aos alunos, ajudando

numa melhor compreensão quanto ao conteúdo transmitido (JANUZZI; FALSARELLA; SUGAHARA, 2016; MORIN, 2011).

A Universidade UNIP possui 2 citações quanto a sustentabilidade, estando enquadrada da seguinte maneira:

QUADRO 12 – Resultados UNIP

	UNIP
Título	2

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

A Universidade UNIP possui dois títulos com as palavras-chave citadas na nomenclatura de suas matérias. Ao analisar o conteúdo disponibilizado, é possível verificar apenas o nome das matérias e suas horas de durabilidade, não havendo conteúdo disponível quanto a ementa e demais informações. É possível verificar também que uma das matérias (Meio ambiente), é dada como matéria optativa, o que significa que nem sempre a matéria é disponibilizada dentro de sua grade.

Também foi possível analisar que algumas universidades **sequer apontaram qualquer tipo de citação ao tema**, sendo essas: UAM, UNIFRAN, UNIMAR, UNISANTA, UNISANTOS, UNOESTE e USJT, totalizando 7 universidades que deixam de apresentar a temática da sustentabilidade em seus conteúdos, dentro de um total de 14 universidades.

Selecionando **apenas as universidades que possuem a sustentabilidade em seus conteúdos**, foi possível chegar ao seguinte resultado em relação a quantidade de matérias que tratam da temática de sustentabilidade (Quadro 13):

QUADRO 13 – Quantidade de Matérias que apresentam Palavras-Chave e suas Definições

	Mackenzie	PUC-Campinas	UFSCar	UNAERP	UNESP	UNIFESP	UNIP	TOTAL
Quantidade de Matérias								
Educação Ambiental							1	1
Definição de Educação Ambiental								0
Meio Ambiente	1	1	1					3
Definição de Meio Ambiente								0
Ambiente Natural e Social								0
Definição de Ambiente Natural e Social								0
Direitos Ambientais								0
Definição de Direitos Ambientais								0
Biodiversidade					1			1
Definição de Biodiversidade								0
Socioambiental					1			1
Definição de Socioambiental	6	5	8	1	1	8		29
Prática Social						1		1
Definição de Prática Social								0
Sustentabilidade	2	1	1			4		8
Definição de Sustentabilidade								0
Desenvolvimento Sustentável			1		2			3
Definição de Desenvolvimento Sustentável								0
Ética Ambiental								0
Definição de Ética Ambiental								0
Socioeconômica						1		1
Definição de Socioeconômica	3				1			4
Sociedade Sustentável								0
Definição de Sociedade Sustentável			1		1			2
Direitos Humanos	1	1					1	3
Definição de Direitos Humanos								0
Ecossistemas								0
Definição de Ecossistemas			1					1
TOTAL	13	8	13	1	7	14	2	58

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa.

Ao analisar os resultados, sem eleger uma classificação, é possível verificar que as universidades que mais apontam o tratamento com a **temática de sustentabilidade** são: Mackenzie, UFSCar e UNIFESP, apontando 13, 13 e 14 citações ao tema, respectivamente.

Como Claro, Claro e Amâncio (2008) afirmam, a instrução que um indivíduo possui, reflete no tempo dedicado aos estudos e ao contato com os tópicos a respeito da sustentabilidade. Tais tópicos são essenciais para a compreensão da temática da sustentabilidade e suas definições.

Universidades como: PUC-Campinas, UNAERP, UNESP, UNIP apresentaram citações ao tema, mas em menor escala, sendo elas 8, 1, 7 e 2, respectivamente.

De um total de 14 universidades, é possível verificar que apenas 7 delas trazem um total de 58 matérias com a introdução de sustentabilidade e seus respectivos temas e definições.

A temática de sustentabilidade se faz presente principalmente por meio de temas como Socioambiental e Sustentabilidade. Na Sustentabilidade é possível saber que existe a empregabilidade dos termos Sustentáveis dentro das matérias, porém o termo Socioambiental não existe a segurança que a definição de Sociedade, que é grandemente apresentado dentro das ementas, seja um termo totalmente voltado para a temática sustentável.

Algumas universidades ainda trabalham, mesmo que com pouca frequência, com os temas de Educação Ambiental, Meio Ambiente, Biodiversidade, Prática Social, Desenvolvimento Sustentável, Socioeconômica, Sociedade Sustentável, Direitos Humanos e Ecossistemas.

Os temas de Ambiente Natural e Social, Direitos Ambientais e Ética Ambiental não são temas utilizados nas matérias das universidades pesquisadas.

Claro, Claro e Amâncio (2008) já diziam que os discursos buscam vincular as práticas ambientais, sociais e econômicas, a fim de promover uma imagem positiva para as empresas. Porém, diversas empresas possuem a dificuldade de colocar em prática o que é discursado, colocando apenas um ponto em evidência, como só o lado social, ou apenas o ambiental, e principalmente o lado econômico.

Como Morin (2011) aponta, a abordagem inicial é importante para haver um rumo a ser seguido, e, a partir dessa decisão inicial, existe a possibilidade de prever os números de cenários para a ação, que poderão ser modificados conforme a necessidade para que as informações cheguem ao destino corretamente.

Ao ser definido um tema a ser estudado nas matérias utilizadas nas universidades, as informações deveriam ser repassadas e ser detalhadas de acordo com as necessidades de conhecimento exigida pelos receptores (MORIN, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo identificar a abordagem dada pelas Instituições de Ensino Superior em seus cursos de Administração sobre o tema gestão sustentável, a fim de caracterizar a sua colaboração na formação de administradores conscientes da necessidade de se comprometer com as práticas sustentáveis. A pesquisa realizada mostrou a pouca ênfase no tema sustentabilidade dentro das universidades pesquisadas. Apesar de haver citação ao tema, verificou-se que a sustentabilidade muitas vezes é identificada apenas na bibliografia (básica ou complementar), e na Ementa, onde o texto é a base para a matéria a ser estudada, não havendo indícios de um programa voltado para a temática de sustentabilidade.

As universidades selecionadas dentro do Estado de São Paulo possuem uma avaliação superior às demais do estado. Por serem instituições que mais se destacam, era esperado que as IES fossem mais rígidas quanto ao cumprimento das DCN impostas pelo Ministério da Educação, o que foi possível verificar por meio da pesquisa ser algo que não ocorre de fato.

As disciplinas, no geral, não possuem ênfase na sustentabilidade, dando voltas em diversos temas, e não repassando o papel do desenvolvimento social, econômico e ambiental, chegando, assim, na efetivação do tema de desenvolvimento sustentável dentro da sala de aula. Quanto as ações ou projetos que efetivem a sustentabilidade, não foram encontrados indícios ou relatórios que evidenciem que tais ações estejam de fato ocorrendo dentro das universidades pesquisadas.

Por meio da pesquisa também foi possível verificar que 50% das 14 universidades pesquisadas não possuem nenhum tipo de citação quanto a temática da sustentabilidade. Isso sugere que, a despeito das exigências legais, poderá estar havendo um déficit no que tange ao ensino da sustentabilidade nas universidades brasileiras.

Quanto as disciplinas que possuem o tema diretamente voltado para o desenvolvimento sustentável, apenas 8 matérias mostraram ter a disciplina com a nomenclatura voltada para a temática, de um total de 58 matérias, o que representa aproximadamente 14% das matérias que possuem algum tipo de ligação com a sustentabilidade.

Quanto às publicações relacionadas ao tema de sustentabilidade, foram encontrados diversos tipos de publicações com a temática, porém foram poucas as publicações com enfoque diretamente nos conteúdos estudados dentro dos cursos de Administração.

A sociedade possui grande influência no que será ou poderá ocorrer no futuro. Uma sociedade que se preocupa com o futuro de suas ações presentes, será uma sociedade consciente, e, para que isso ocorra, é necessário que a sustentabilidade esteja presente em seus aprendizados e em seu cotidiano.

Apesar de haver pessoas que se importam com a sustentabilidade, existe a necessidade de que as organizações também façam sua parte, ajudando a propulsionar a sustentabilidade dentro dos diversos países e suas culturas. É sabido que cada cultura ajuda ou atrapalha na forma de pensar de cada indivíduo, porém se houver um ajuste onde todos se comprometam e realmente ajudem a cumprir o que foi proposto, seria o ideal.

Por enquanto, várias reuniões de cúpula foram formadas e tentaram cumprir tal papel, o que até o momento se mostrou, em parte, em vão. Ótimo seria que todos os países se comprometessem em divulgar e propulsionar a sustentabilidade, porém infelizmente não é possível ver todos os países empenhados em cumprir o que foi acordado. Sem a responsabilidade dos líderes dos países, não é possível atingir as metas propostas.

É de conhecimento de todos que não só dentro do Brasil, mas em todo o mundo, grande parte da responsabilidade sustentável está a cargo das organizações. As empresas que utilizam insumos do planeta são, em grande medida, responsáveis pela degradação do meio ambiente, além do descuido com a parte social com seus funcionários. As organizações necessitam ter o entendimento que cada ação hoje, irá refletir no futuro amanhã.

Os colaboradores que aprendem e entendem a importância da sustentabilidade tanto na vida pessoal, como na profissional, devem colocar em prática seus entendimentos, para que a sustentabilidade entre em vigor na sua organização e em sua vida pessoal.

Grande propulsora da sustentabilidade, as universidades possuem um importante papel dentro de suas salas de aula. Os futuros profissionais são formados dentro das universidades, e boa parte do que aprendem são colocadas em prática pelos gestores.

As universidades possuem grande influência no que se refere a transmitir conteúdos aos futuros colaboradores das empresas e organizações. Infelizmente nem sempre os melhores métodos ou melhores conteúdos são repassados aos alunos, o que dificulta a aprendizagem dos mesmos.

A forma como se ensina cada tema/conteúdo, implica na forma como o receptor irá acolher a mensagem transmitida. Portanto, espera-se grande empenho e planejamento por parte dos professores, a fim de transmitir da melhor forma possível seus temas, para que seus alunos saiam com o entendimento correto, a fim de colocá-los em prática no dia-a-dia das empresas.

As universidades possuem a obrigação de trazer a temática de sustentabilidade dentro de seus conteúdos a serem repassados aos alunos. Uma temática de tal importância, e de tanta repercussão nos últimos tempos deveria ser uma prioridade dentro das universidades, demonstrando não só a importância da temática para a atualidade, mas demonstrando também que a IES se importa com o futuro do país e do planeta.

A pesquisa e ensino a respeito da sustentabilidade irá ajudar a sanar as dúvidas quanto a colocar a temática em prática nas empresas. Trazer o conteúdo sustentável à tona, é mostrar que as IES estão em sintonia com as necessidades que o mercado de trabalho exige de seus colaboradores, além de mostrar a relevância do tema na atualidade.

Todo o entendimento acima mostra que a sustentabilidade apesar de já ser de conhecimento de boa parte da população, falta ser colocada em prática da maneira correta. O Brasil e o mundo pedem por pessoas sustentavelmente conscientes, e este é um objetivo que se espera ser alcançado.

Novos horizontes podem ser explorados por meio de novas pesquisas, tais como: investigar outras universidades do país que trabalham com a temática da sustentabilidade; evidenciar projetos dentro de universidades que exploram o desenvolvimento sustentável; pesquisa com gestores e empregados, mostrando o quão importante foi ter a sustentabilidade dentro de seus cursos, dentre outras possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.

ARRUDA, Luis; QUELHAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade: um longo processo histórico de reavaliação crítica da relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. **Boletim técnico do SENAC**, v. 36, n. 3, p. 53-63, 2010.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2008.

BEM, L. A.; WAGNER, Adriana. Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. **Psicologia em estudo**, v. 11, n. 1, p. 63-71, 2006.

BENJAMIN, Antonio Herman. A natureza no direito brasileiro: coisa, sujeito ou nada disso. **Nomos**, v. 31, n. 1, p. 01-19, 2011.

BERTERO, Carlos Osmar. **Ensino e Pesquisa em Administração**. São Paulo: FGVPesquisa, 2009.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/bobbio-n-estado-governo-sociedade-para-uma-teoria-geral-da-polc3adtica.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é-o que não é**. Petrópolis: Voze, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. 49ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces004_05.pdf>. Acesso em: 04 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 set. 2018.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da *Global Reporting Initiative*. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 913-926, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2013000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CARDOSO, Andreza Soares; SANTOS JR, Roberto Araujo Oliveira. Indicadores de sustentabilidade e o ideário institucional: um exercício a partir dos ODM e ODS. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 50-55, Jan. 2019. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 nov. 2019.

CARVALHO, Alexandre Filordi. Educação e Imagens na Sociedade do Espetáculo: as pedagogias culturais em questão. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 2, p. 587-602, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362013000200014&lng=pt&nrm=abn>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CASTRO, Cláudio de Moura. O Ensino da Administração e seus Dilemas: Notas para Debate. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 58-61, jul/set. 1981.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CFA. Conselho Federal de Administração. **Relatório de Gestão: 2018**. 2019. Disponível em: <https://cfa.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Relatorio_Gestao_E01-DG.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

CLARO, Priscila Borin de Oiveira; CLARO, Danny Pimentel; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008.

CONNELL, Joseph H.; SLATYER, Ralph O. Mechanisms of succession in natural communities and their role in community stability and organization. **The American Naturalist**, v. 111, n. 982, p. 1119-1144, 1977.

COUTINHO, Clara Pereira; LISBÔA, Eliana Santana. Sociedade da informação, do conhecimento e da aprendizagem: desafios para educação no século XXI. **Revista de Educação**, v. 18, n. 1, p. 5-22, 2011.

CUNHA, João Carlos et al. Formação profissional e prática sustentável. **RECADM**, v. 12, n. 2, p. 205-218, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A qualidade da educação brasileira como direito. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1053-1066, 2014.

DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP, 2000.

ELY, Aloísio. Economia do meio ambiente. 4 ed. Porto Alegre: FEE, 1990.

E-MEC. **Consulta Interativa**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

FERREIRA, D. D. M.; FERREIRA, L. F. O ensino de gestão ambiental nos cursos de administração de empresas nas IES (Instituições de Ensino Superior) do estado de Santa

Catarina: um estudo exploratório. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 4., 2008, Niterói/RJ. **Anais...**, Niterói/RJ: CNEG, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 386-421, 2009.

FISCHER, Tânia. A Formação do administrador brasileiro na década de 90: crise, oportunidade e inovações nas propostas de ensino. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.27, n.4, p.11-20, out/dez. 1993.

GADOTTI, M. Pedagogia da terra e cultura de sustentabilidade. **Revista Lusófona de Educação**, v. 6, n. 6, p.15-29, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Daniela Vasconcellos. Educação para o consumo ético e sustentável. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 16, p. 18-31, Jan./Jun. 2006.

GOMES, Victor Márcio Laus Reis. Uma leitura comunicacional da estratégia nas organizações. **Galáxia**, São Paulo, n. 33, p. 226-238, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532016000300226&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 abr.2019.

GOMES, Patrícia Pereira Vasques; BERNARDO, André; BRITO, Gilson. Princípios de sustentabilidade: uma abordagem histórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 25., 2005, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre: ENEGEP, 2005.

GONÇALVES-DIAS, S. L. F. et al. Consciência Ambiental: um estudo exploratório sobre suas implicações para o ensino de administração. **RAE-eletrônica**, São Paulo, v. 8, n. 1, Art. 3, jan./jun. 2009.

HALL, Peter A.; SOSKICE, David. An introduction to varieties of capitalism. In: HALL, Peter A.; SOSKICE, David (Org.). **Varieties of capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage**. Nova York: Oxford University Press, 2001. (p. 1-68). Disponível em: <http://media.library.ku.edu.tr/reserve/resspring16/Int1532_ZOnis/3_Required.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

HERNANI-MERINO, Martín; MAZZON, José Afonso; ISABELLA, Giuliana. Modelo de suscetibilidade para a cultura de consumo global. **Revista Brasileira de Gestão e Negócios**, São Paulo, v. 17, n. 57, p. 1212-1227, Set. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgn/v17n57/1806-4892-rbgn-17-57-01212.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

JABBOUR, Charbel José Chiappetta; SANTOS, Fernando César Almada. Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção de recursos humanos. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 435-448, set./dez. 2006.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 189-205, março 2003.

JACOBI, P. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, Mai./Ago. 2005.

JACOBI, P. R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M. P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de Administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 12, n.3, p. 21-50, junho 2011.

JAEGGI, Rahel. Um conceito amplo de economia: Economia como prática social e a crítica ao capitalismo. **Civitas, Revista Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 503-522, Dec. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/civitas/v18n3/1984-7289-civitas-18-03-0503.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

JANSEN, G. R.; VIEIRA, R.; KRAISCH, R. A educação ambiental como resposta à problemática ambiental. **REMEA - Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**, v. 18, p. 190-203, jan./jun. 2007.

JANNUZZI, Celeste Sirotheau Corrêa; FALSARELLA, Orandi Mina; SUGAHARA, Cibele Roberta. Gestão do conhecimento: um estudo de modelos e sua relação com a inovação nas organizações. **Perspectiva em Ciências da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 97-118, Mar. 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/303355997_Gestao_do_conhecimento_um_estudo_de_modelos_e_sua_relacao_com_a_inovacao_nas_organizacoes>. Acesso em: 23 Out. 2019.

LENCASTRE, M. P. A. Ética ambiental e educação nos novos contextos da ecologia humana. **Revista Lusófona de Educação**, v. 8, n. 8, p. 29-52, 2006.

LIRA, Sandro Haoxovell de; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. O PERCURSO DA SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO: ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E SOCIAIS. **Revista Monografias Ambientais**, [S.l.], p. 3172-3182, mar. 2014. ISSN 2236-1308. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/view/12618>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

LOURES, R. C. R. **Sustentabilidade XXI**: educar e inovar sob uma nova consciência. São Paulo: Gente, 2009.

MARX, Karl. Friedrich Engels, [1848]1977: The Communist Manifesto. In: MCLELLAN, David (ed.). **Karl Marx**: Selected Writings. Oxford: Oxford University Press, 1848. P. 221-247.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Terra Livre**, v. 1, n. 16, p. 113-132, 2015.

MORIN, Edgar. **Educação e complexidade**: os sete saberes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 2007.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. A Questão da Formação do Administrador. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol.23, n.4, p.53-55, out/dez. 1983.

MOULTON, Timothy Peter. Saúde e integridade do ecossistema e o papel dos insetos aquáticos. **Oecologia Brasiliensis**, v. 5, n. 1, p. 19, 1998.

ÖZSOMER, A. et al. A global brand management roadmap. **International Journal of Research in Marketing**, v. 1, n. 29, p. 1-4, 2012.

PACTO GLOBAL. Cartilha Rede Brasil do Pacto Global. 2019. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/assets/docs/cartilha_pacto_global.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

PEREIRA, A. de S. Educação Superior e sustentabilidade: um estudo sobre a percepção dos atores do Campus Alto Paraopeba/UFSJ/MG. 2013. 155 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Públicas do Estado)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

PINHEIRO, L. V. S. et al. Educação Ambiental: um instrumento de diagnóstico para a inclusão da temática de sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO USP, 13., 2010, São Paulo. **Anais...**, São Paulo: SEMEAD, 2010.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 43-55, 2005.

POMBO, Olga. Práticas Interdisciplinares. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 208-249 jan/jun. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86819557007>> Acesso em: 10 mai 2018.

POTTMEIER, Sandra et al. Ética ambiental e desenvolvimento sustentável: perspectivas e desafios no século XXI. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: EDUCERE, 2013. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/6810_4207.pdf>. Acesso em: 06 out. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2017.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Fábio Rocha. As universidades e a sustentabilidade ambiental. **Revista Gestão Universitária**, v. 10, p. 1-17, 2018. Disponível em: <<http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/as-universidades-e-a-sustentabilidade-ambiental>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

SANTOS, T. C. Publicidade e consumo responsável. **Galáxia**, São Paulo, n. 26, p. 201-213, dez. 2013.

SILVA, Calos Kleber F; CARNEIRO, Conceição. Um breve histórico da educação ambiental e sua importância na escola. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2017, Campina Grande-PB. **Anais...**, CCONEDU, 2017. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA14_ID9579_12102017144004.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2019.

SILVA, Francisco Carlos da Cruz. Controle social: reformando a administração para a sociedade. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 9, n. 24, p. 115-137, Ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302002000200008>. Acesso em: 23 jan. 2019.

TAMBELLINI, Anamaria Testa. Notas provisórias sobre uma tentativa de pensar a saúde em suas relações com o ambiente. **Rede de Trabalho, Saúde e Modos de Vida no Brasil**, v. 2, n. 1-2, p. 12-16, 1996.

TAMBELLINI, Anamaria Testa; CÂMARA, Volney de Magalhães. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva: aspectos históricos, conceituais e metodológicos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 3, p. 47-59, 1998.

TAMIOZZO, Henrico César; KEMPFER, Marlene. O pacto global e a sustentabilidade empresarial: positividade e efetividade das diretrizes e a ordem jurídica brasileira. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 20, n. 1, p.114-164, abr. 2016.

TAUCHEN, J. A. Um modelo de gestão ambiental para a implantação em instituições de ensino superior. 2007. 149 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007.

TELLES, B. M. Integrando a sustentabilidade na formação de administradores. 2011. 250 p. Mestrado (Administração) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

XAVIER, Wescley; MARANHÃO, Carolina. Responsabilidade social: a privatização do público. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v.17, n. 53, p. 297-309, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000200004&lng=pt&nrm=abn>. Acesso em: 27 jan. 2019.

ANEXOS

ANEXO A - RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005. (*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nos 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nos 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os componentes curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica ou o projeto de atividade, como Trabalho de Curso, componente opcional da instituição, além do regime acadêmico de oferta e de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Administração, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares; e,

(*) Resolução CNE/CES 4/2005. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2005, Seção 1, p. 26

X - concepção e composição das atividades complementares; e,

XI - inclusão opcional de trabalho de curso sob as modalidades monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º Com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no Projeto Pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, nas respectivas modalidades, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

§ 3º As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve ensejar, como perfil desejado do formando, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador.

Art. 4º O Curso de Graduação em Administração deve possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

II - desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

III - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;

IV - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem assim expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;

V - ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;

VI - desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável;

VII - desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos em organizações; e

VIII - desenvolver capacidade para realizar consultoria em gestão e administração, pareceres e perícias administrativas, gerenciais, organizacionais, estratégicos e operacionais.

Art. 5º Os cursos de graduação em Administração deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio através da utilização de tecnologias inovadoras e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Administração estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os seguintes regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem: regime seriado anual, regime seriado semestral, sistema de créditos com matrícula por disciplina ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos, atendido o disposto nesta Resolução.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Administração.

§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos, gradualmente reveladas pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso de Graduação em Administração o Estágio Supervisionado de que trata este artigo deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observado o disposto no parágrafo precedente.

Art. 8º As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades

independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único. As Atividades Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Art. 9º O Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio.

Parágrafo único. Optando a Instituição por incluir no currículo do curso de graduação em Administração o Trabalho de Curso, nas modalidades referidas no *caput* deste artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 10. A carga horária mínima dos cursos de graduação será estabelecida em Resolução da Câmara de Educação Superior.

Art. 11. As Diretrizes Curriculares Nacionais desta Resolução deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de dois anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das DCN aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta.

Art. 12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução CFE nº 2, de 4 de outubro de 1993, e a Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2004.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO B - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO****RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012 (*)**

*Estabelece as Diretrizes Curriculares
Nacionais para a Educação Ambiental.*

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º e na alínea “c” do § 2º do artigo 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nos artigos 22 ao 57 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 14/2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 15 de junho de 2012,

CONSIDERANDO que:

A Constituição Federal (CF), de 1988, no inciso VI do § 1º do artigo 225 determina que o Poder Público deve promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, pois “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”;

A Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, no inciso X do artigo 2º, já estabelecia que a educação ambiental deve ser ministrada a todos os níveis de ensino, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente;

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), prevê que na formação básica do cidadão seja assegurada a compreensão do ambiente natural e social; que os currículos do Ensino Fundamental e do Médio devem abranger o conhecimento do mundo físico e natural; que a Educação Superior deve desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania;

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades reconhecem a relevância e a obrigatoriedade da Educação Ambiental;

O Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente

(*) Resolução CNE/CP 2/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de junho de 2012 – Seção 1 – p. 70.

reconhecidos, e define que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global;

O atributo “ambiental” na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;

O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social,

RESOLVE:

TÍTULO I
OBJETO E MARCO LEGAL
CAPÍTULO I
OBJETO

Art. 1º A presente Resolução estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do determinado pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.795, de 1999, a qual dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), com os seguintes objetivos:

I - sistematizar os preceitos definidos na citada Lei, bem como os avanços que ocorreram na área para que contribuam com a formação humana de sujeitos concretos que vivem em determinado meio ambiente, contexto histórico e sociocultural, com suas condições físicas, emocionais, intelectuais, culturais;

II - estimular a reflexão crítica e propositiva da inserção da Educação Ambiental na formulação, execução e avaliação dos projetos institucionais e pedagógicos das instituições de ensino, para que a concepção de Educação Ambiental como integrante do currículo supere a mera distribuição do tema pelos demais componentes;

III - orientar os cursos de formação de docentes para a Educação Básica;

IV - orientar os sistemas educativos dos diferentes entes federados.

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Art. 3º A Educação Ambiental visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído.

Art. 4º A Educação Ambiental é construída com responsabilidade cidadã, na reciprocidade das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica.

Art. 6º A Educação Ambiental deve adotar uma abordagem que considere a interface entre a natureza, a sociocultura, a produção, o trabalho, o consumo, superando a visão despolitizada, acrítica, ingênua e naturalista ainda muito presente na prática pedagógica das instituições de ensino.

CAPÍTULO II MARCO LEGAL

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico.

Parágrafo único. Nos cursos, programas e projetos de graduação, pós-graduação e de extensão, e nas áreas e atividades voltadas para o *aspecto metodológico* da Educação Ambiental, é facultada a criação de componente curricular específico.

Art. 9º Nos cursos de formação inicial e de especialização técnica e profissional, em todos os níveis e modalidades, deve ser incorporado conteúdo que trate da *ética socioambiental* das atividades profissionais.

Art. 10. As instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

Art. 11. A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender de forma pertinente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação Ambiental.

TÍTULO II PRINCÍPIOS E OBJETIVOS CAPÍTULO I PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 12. A partir do que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, e com base em práticas comprometidas com a construção de sociedades justas e sustentáveis, fundadas nos valores da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade, sustentabilidade e educação como direito de todos e todas, são princípios da Educação Ambiental:

I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente;

II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo;

III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas;

IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação;

V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais;

VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária.

CAPÍTULO II OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 13. Com base no que dispõe a Lei nº 9.795, de 1999, são objetivos da Educação Ambiental a serem concretizados conforme cada fase, etapa, modalidade e nível de ensino:

I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo;

II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental;

III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental;

IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do País, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade ambientalmente justa e sustentável;

VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental;

VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade;

VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;

IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade.

Art. 14. A Educação Ambiental nas instituições de ensino, com base nos referenciais apresentados, deve contemplar:

I - abordagem curricular que enfatize a natureza como fonte de vida e relacione a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social;

II - abordagem curricular integrada e transversal, contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento, componentes curriculares e atividades escolares e acadêmicas;

III - aprofundamento do pensamento crítico-reflexivo mediante estudos científicos, socioeconômicos, políticos e históricos a partir da dimensão socioambiental, valorizando a participação, a cooperação, o senso de justiça e a responsabilidade da comunidade

educacional em contraposição às relações de dominação e exploração presentes na realidade atual;

IV - incentivo à pesquisa e à apropriação de instrumentos pedagógicos e metodológicos que aprimorem a prática discente e docente e a cidadania ambiental;

V - estímulo à constituição de instituições de ensino como espaços educadores sustentáveis, integrando proposta curricular, gestão democrática, edificações, tornando-as referências de sustentabilidade socioambiental.

TÍTULO III ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 15. O compromisso da instituição educacional, o papel socioeducativo, ambiental, artístico, cultural e as questões de gênero, etnia, raça e diversidade que compõem as ações educativas, a organização e a gestão curricular são componentes integrantes dos projetos institucionais e pedagógicos da Educação Básica e da Educação Superior.

§ 1º A proposta curricular é constitutiva do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e dos Projetos e Planos de Cursos (PC) das instituições de Educação Básica, e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e do Projeto Pedagógico (PP) constante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições de Educação Superior.

§ 2º O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.

§ 3º O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente.

Art. 16. A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:

I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;

II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;

III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares. Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

Art. 17. Considerando os saberes e os valores da sustentabilidade, a diversidade de manifestações da vida, os princípios e os objetivos estabelecidos, o planejamento curricular e a gestão da instituição de ensino devem:

I - estimular:

a) visão integrada, multidimensional da área ambiental, considerando o estudo da diversidade biogeográfica e seus processos ecológicos vitais, as influências políticas, sociais, econômicas, psicológicas, dentre outras, na relação entre sociedade, meio ambiente, natureza, cultura, ciência e tecnologia;

b) pensamento crítico por meio de estudos filosóficos, científicos, socioeconômicos, políticos e históricos, na ótica da sustentabilidade socioambiental, valorizando a participação, a cooperação e a ética;

c) reconhecimento e valorização da diversidade dos múltiplos saberes e olhares científicos e populares sobre o meio ambiente, em especial de povos originários e de comunidades tradicionais;

d) vivências que promovam o reconhecimento, o respeito, a responsabilidade e o convívio cuidadoso com os seres vivos e seu habitat;

e) reflexão sobre as desigualdades socioeconômicas e seus impactos ambientais, que recaem principalmente sobre os grupos vulneráveis, visando à conquista da justiça ambiental;

f) uso das diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas de educomunicação, a qual propõe a integração da comunicação com o uso de recursos tecnológicos na aprendizagem.

II - contribuir para:

a) o reconhecimento da importância dos aspectos constituintes e determinantes da dinâmica da natureza, contextualizando os conhecimentos a partir da paisagem, da bacia hidrográfica, do bioma, do clima, dos processos geológicos, das ações antrópicas e suas interações sociais e políticas, analisando os diferentes recortes territoriais, cujas riquezas e potencialidades, usos e problemas devem ser identificados e compreendidos segundo a gênese e a dinâmica da natureza e das alterações provocadas pela sociedade;

b) a revisão de práticas escolares fragmentadas buscando construir outras práticas que considerem a interferência do ambiente na qualidade de vida das sociedades humanas nas diversas dimensões local, regional e planetária;

c) o estabelecimento das relações entre as mudanças do clima e o atual modelo de produção, consumo, organização social, visando à prevenção de desastres ambientais e à proteção das comunidades;

d) a promoção do cuidado e responsabilidade com as diversas formas de vida, do respeito às pessoas, culturas e comunidades;

e) a valorização dos conhecimentos referentes à saúde ambiental, inclusive no meio ambiente de trabalho, com ênfase na promoção da saúde para melhoria da qualidade de vida;

f) a construção da cidadania planetária a partir da perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações.

III - promover:

a) observação e estudo da natureza e de seus sistemas de funcionamento para possibilitar a descoberta de como as formas de vida relacionam-se entre si e os ciclos naturais interligam-se e integram-se uns aos outros;

b) ações pedagógicas que permitam aos sujeitos a compreensão crítica da dimensão ética e política das questões socioambientais, situadas tanto na esfera individual, como na esfera pública;

c) projetos e atividades, inclusive artísticas e lúdicas, que valorizem o sentido de pertencimento dos seres humanos à natureza, a diversidade dos seres vivos, as diferentes culturas locais, a tradição oral, entre outras, inclusive desenvolvidas em espaços nos quais os estudantes se identifiquem como integrantes da natureza, estimulando a percepção do meio ambiente como fundamental para o exercício da cidadania;

d) experiências que contemplem a produção de conhecimentos científicos, socioambientalmente responsáveis, a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da sociobiodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra;

e) trabalho de comissões, grupos ou outras formas de atuação coletiva favoráveis à promoção de educação entre pares, para participação no planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos de intervenção e ações de sustentabilidade socioambiental na instituição educacional e na comunidade, com foco na prevenção de riscos, na proteção e preservação do meio ambiente e da saúde humana e na construção de sociedades sustentáveis.

TÍTULO IV

SISTEMAS DE ENSINO E REGIME DE COLABORAÇÃO

Art. 18. Os Conselhos de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem estabelecer as normas complementares que tornem efetiva a Educação Ambiental em todas as fases, etapas, modalidades e níveis de ensino sob sua jurisdição.

Art. 19. Os órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino devem articular-se entre si e com as universidades e demais instituições formadoras de profissionais da educação, para que os cursos e programas de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores, especialistas e outros profissionais que atuam na Educação Básica e na Superior capacitem para o desenvolvimento didático-pedagógico da dimensão da Educação Ambiental na sua atuação escolar e acadêmica.

§ 1º Os cursos de licenciatura, que qualificam para a docência na Educação Básica, e os cursos e programas de pós-graduação, qualificadores para a docência na Educação Superior, devem incluir formação com essa dimensão, com foco na metodologia integrada e interdisciplinar.

§ 2º Os sistemas de ensino, em colaboração com outras instituições, devem instituir políticas permanentes que incentivem e dêem condições concretas de formação continuada, para que se efetivem os princípios e se atinjam os objetivos da Educação Ambiental.

Art. 20. As Diretrizes Curriculares Nacionais e as normas para os cursos e programas da Educação Superior devem, na sua necessária atualização, prescrever o adequado para essa formação.

Art. 21. Os sistemas de ensino devem promover as condições para que as instituições educacionais constituam-se em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações em relação equilibrada com o meio ambiente, tornando-se referência para seu território.

Art. 22. Os sistemas de ensino e as instituições de pesquisa, em regime de colaboração, devem fomentar e divulgar estudos e experiências realizados na área da Educação Ambiental.

§ 1º Os sistemas de ensino devem propiciar às instituições educacionais meios para o estabelecimento de diálogo e parceria com a comunidade, visando à produção de conhecimentos sobre condições e alternativas socioambientais locais e regionais e à intervenção para a qualificação da vida e da convivência saudável.

§ 2º Recomenda-se que os órgãos públicos de fomento e financiamento à pesquisa incrementem o apoio a projetos de pesquisa e investigação na área da Educação Ambiental, sobretudo visando ao desenvolvimento de tecnologias mitigadoras de impactos negativos ao meio ambiente e à saúde.

Art. 23. Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, devem criar políticas de produção e de aquisição de materiais didáticos e paradidáticos, com engajamento da comunidade educativa, orientados pela dimensão socioambiental.

Art. 24. O Ministério da Educação (MEC) e os correspondentes órgãos estaduais, distrital e municipais devem incluir o atendimento destas Diretrizes nas avaliações para fins de credenciamento e recredenciamento, de autorização e renovação de autorização, e de reconhecimento de instituições educacionais e de cursos.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PASCHOAL LAÉRCIO ARMONIA
Presidente em Exercício